



Boas práticas para o desenvolvimento e gestão do espaço rural

José A. Rio Fernandes, Nieves Pérez Rodriguez e José Manuel Rocha (coord)

Alfonso Ribas Alvarez, Ana Seixas, Dora Pinto, Elena López Colmenero, Ester Moreira da Silva, Fátima Bacharel, Francisco Garcia Fernández, João Paulo Borges, Jorge Manuel Blanco Ballón, David Miranda Barrós, Quico Ónega Lopez, Rafael Castro Vaamonte

Publicação elaborada no âmbito do projeto PAISACTIVO, cofinanciado pela União Europeia através do Programa Interreg VI-A Spain-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

Ficha técnica

Título: *Boas práticas para o desenvolvimento e gestão do espaço rural*

Coordenação: José A. Rio Fernandes; Nieves Pérez Rodríguez; José Manuel Rocha

Editora: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Ano de publicação: 2026

ISBN: 978-989-9193-86-4

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-86-4/boa>

Disponível em: <https://ebooks.letras.up.pt>

Local de edição: Porto

Índice

1. Apresentação

2. Boas práticas

- 2.1. Abordagens inovadoras de valorização da capacidade produtiva do espaço agroflorestal 8
- 2.2. Abordagens territorialmente conjuntas e sinérgicas 33
- 2.3. Abordagens que promovem a governança multinível e participativa 47

3. Aldeias exemplares

- 3.1. Norte de Portugal 58
- 3.2. Galiza 83
- 3.3. Kuartango e Ostana 101

1. Apresentação

A presente publicação decorre da publicação do Manual de Boas Práticas, realizado no âmbito do Projeto PAISACTIVO, que teve como responsáveis a Universidade de Santiago de Compostela (Polo de Lugo) e a Universidade do Porto (através da Faculdade de Letras e do seu Departamento de Geografia). Nesse trabalho foi possível estabelecer um frutuoso diálogo e troca de experiências entre os principais autores, que aqui se retoma, aproveitando muito do trabalho então produzido e no qual esteve envolvida toda a equipa do projeto que reuniu além destas instituições a AGADER (coordenador do projeto), a Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa, a Fundación Juana de Veja e os Municípios de Baião e Monterrei.

O quadro geográfico é o da Norte de Portugal-Galiza. Assim, o estudo incide em dois países (Portugal e Espanha), mas num território marcado pela continuidade geográfica e também semelhança climática, pedológica, demográfica e cultural, assim como por uma boa parte dos problemas e potencialidades de desenvolvimento rural.

Compila-se o que correntemente se considera classificar como boas práticas para a gestão ativa do espaço rural.

O capítulo que se segue é dedicado a políticas e ações, agrupadas em três áreas de atuação:

Para cada prática identificada é elaborada uma ficha, na qual esta é descrita e caracterizada do ponto de vista dos recursos necessários à sua aplicação e ao seu potencial de transferibilidade. É considerado também que o desenvolvimento e gestão ativa do espaço rural implica uma

abordagem territorial ampla e abrangente e uma visão de longo prazo que abranja diferentes aspetos, incluindo sociais, económicos e ambientais.

Por isso, neste caso, o conceito de boas práticas deve ser entendido num sentido lato, uma vez que implica um conjunto de estratégias e/ou ações que visam a revitalização do espaço rural, promovendo o seu desenvolvimento socioeconómico e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. No entanto, o termo gestão tem um enfoque específico que se liga a uma dimensão física e espacial explícita e implica uma ação direta no terreno. Isto significa que as boas práticas podem abranger, em termos do tipo de abordagem, desde a promoção de atividades económicas sustentáveis (envolvendo algum tipo de utilização ou ação sobre os diferentes tipos de biomassa) até à preservação do património cultural e natural, incluindo a recuperação de terras agrícolas abandonadas, a inovação tecnológica, a governação a vários níveis e o reforço da capacidade de gestão das comunidades locais. Ou seja, um conjunto de estratégias ou ações que possam contribuir favoravelmente a promoção das capacidades endógenas.

Por outro lado, importa considerar que as boas práticas podem ser replicáveis. Aprende-se sempre com experiências em outros contextos. Todavia, também convém considerar que cada caso não existem senão casos particulares e que a aplicação de uma determinada solução em contexto diverso não garante sucesso. Além disso, a primeira questão que importa colocar é: o que é o sucesso? Será a produção de riqueza, se ela for mal distribuída? A defesa de valores da natureza e da cultura local se tal não se traduzir no bem-estar dos residentes?

Face à dificuldade de objetivar algo que é necessariamente subjetivo, onde a mesma situação é percebida de forma diversa em lugares diferentes ou por diferentes pessoas no mesmo lugar, a nossa opção é usar o termo “sucesso” ou “boas práticas” como exemplos que podem ser tomados por referência para aprendizagem e consideração na adoção de medidas de política.

As “boas práticas” de política, em Galiza e no Norte de Portugal, são inventariadas no capítulo seguinte e reunidas em três grupos, sendo de considerar que alguns casos de ação política podem ter características que identificam mais do que um dos grupos, os quais foram estabelecidos de acordo com:

1. abordagens inovadoras de valorização da capacidade produtiva do espaço agroflorestal;
2. abordagens territorialmente conjuntas e sinérgicas;
3. abordagens que promovem a governança multinível e participativa.

No terceiro capítulo apresentam-se o que podem ser vistos como caso exemplares, enquanto situações de sucesso no desenvolvimento rural de povoados situados na Galiza e no Norte de Portugal.

2. Boas práticas

2.1. Abordagens inovadoras na valorização da capacidade produtiva do espaço agroflorestal

1.1. Registo de propriedade

Desafio/oportunidade

As dificuldades na identificação e clarificação da propriedade da terra em algumas áreas rurais são uma das razões subjacentes ao abandono. Este problema está frequentemente ligado a pequenas explorações agrícolas e a processos de regressão demográfica. A identificação de propriedade e proprietários e a realização de uma correta delimitação potencia a colocação do solo em produção e pode representar uma oportunidade tanto para proprietários como para terceiros interessados.

Descrição:

Embora entre a Galiza e o Norte de Portugal existam diferenças significativas no conhecimento da propriedade, nomeadamente no que diz respeito à propriedade individual privada e comunitária, este é um aspeto comum, especialmente em área de maior minifúndio e abandono.

Esse desconhecimento da localização e delimitação das propriedades rústicas piora com o passar das gerações. A falta de atualização e/ou a identificação errada dos bens cadastrais nas zonas mais abandonadas da Galiza e de uma forma mais generalizada no Norte Portugal, agrava ainda mais a situação.

Essas dificuldades estão associadas a vários aspetos, incluindo:

- Discrepâncias entre a superfície /geometria das parcelas nas fontes oficiais (cadastro, registo predial ...) e a realidade;



- Dificuldades em identificar ou contactar os proprietários, quer por falta de atualização das bases de dados, quer por serem desconhecidos;

Na Galiza, a Lei 2/2021 sobre a recuperação de terras agrícolas confere pela primeira vez ao governo regional um poder até agora restrito à administração do Estado (e que exerceu em raras ocasiões) que é a capacidade de terras privadas abandonadas em produção (artigo 19). O governo galego passou a exercer este poder, aplicável a quaisquer imóveis situados em terrenos rurais ou terrenos em meio rural, em áreas onde tivessem sido implementados instrumentos de recuperação de terrenos agrícolas.

Pontos-chave

- Empenho da administração pública para enfrentar o problema.
- Fornecer o quadro jurídico adequado que equilibre a proteção dos direitos individuais ou coletivos sobre a propriedade da terra com o interesse geral e o bem comum.
- Habilitar departamentos com real capacidade executiva. No caso da Galiza, a AGADER pode iniciar o procedimento de investigação de propriedade por sua

própria iniciativa, mas também por comunicação ou reclamação, pelo que deve exercer esta competência o mais rapidamente possível, sendo-lhe atribuída os recursos necessários,

designadamente em termos de recursos humanos.

- No caso do Norte de Portugal, sublinha-se a instalação de BUPis

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Aldeias modelo de Pedrosa, Francos de Proendos, Carzoá, Meixide, Bustelo de Fisteus, Moreda e Osmo)

Polígonos agroflorestais

Processos de investigação de propriedade:

<https://agader.xunta.gal/gl/recuperacion-de-terras/investigacion-titularidade/>

Instalação de BUPis locais

1.2. Gestão de terras de propriedade desconhecida

Desafio/oportunidade

Prédios vagos ou desconhecidos são aqueles terrenos cujo proprietário não é conhecido e que ninguém reivindica. O acesso a eles pode representar uma oportunidade para terceiros dispostos a geri-los. Caso contrário, a falta de gestão, degradar as condições dos terrenos, prejudicar os lotes vizinhos e aumentar o risco de incêndios devido à acumulação descontrolada de biomassa, designadamente com proliferação de espécies exóticas invasoras.

Descrição: Embora seja difícil quantificar com informações fiáveis a extensão deste tipo de propriedade, só na Galiza o Banco de Terrenos estima que existam cerca de 300.000 lotes rurais nesta situação, representando 30% da superfície em algumas áreas.

O Norte de Portugal apresenta um problema semelhante, todavia não quantificado.

Sem proprietário não é possível o aluguer ou a venda para gestão por terceiros, problema idêntico à ausência de identificação do proprietário quando ele exista e se verifique o abandono do terreno. Do ponto de vista do risco de incêndio, esta situação é um problema da maior importância face ao descontrolo no crescimento da biomassa.

Na Galiza foi celebrado em 2013 um acordo com o Ministério das Finanças e das Administrações Públicas, no sentido de integrar os imóveis devolutos identificados pela Administração Geral do Estado no



Banco de Terrenos, e assim incentivar a recuperação.

A Lei 2/2021 sobre a recuperação de terras agrícolas na Galiza (LRTAG) dá mais passos neste sentido. Por um lado, concede à Agência Galega de Desenvolvimento Rural a capacidade de investigar a situação de abandono dos terrenos agrícolas e, se for o caso, incorporar os referidos imóveis vagos a título cautelar ao Banco Galego de Terras para a sua gestão provisória. Por outro lado, através da modificação da Lei 5/2011 sobre o património da Comunidade Autónoma da Galiza, atribui-lhe “a propriedade dos imóveis situados no seu território que se encontrem devolutos por terem sido abandonados por seus proprietários ou cujos proprietários são desconhecidos.”

Em Portugal, a Bolsa de Terras é gerida pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), enquanto o Programa de Transformação da Paisagem e os seus instrumentos são geridos pela Direção Geral do Território. A Lei n.º 31/2014, de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, foi alterada pelo Artigo 2.º do/a Decreto-Lei n.º 52/2021 - Diário da República n.º 2. Portaria nº114/2021, Série I de 15-06-2021 inclusive em seu artigo 36.2

(arrendamento de propriedade forçada e disponível na bolsa de terra), o seguinte: Os imóveis rústicos sujeitos à operação de gestão paisagística integrada podem ser alugados de modo forçado, nos casos e nos termos constantes na lei.

Pontos-chave

- Identificação de terrenos vagos ou desconhecidos.
- Aplicação do quadro legal para facilitar a gestão de terrenos vacantes e baldios pela Administração Pública.

- Eficiência da Bolsa/Banco de Terras para incorporar parcelas livres ou sem proprietário conhecido para viabilizar a sua gestão e/ou torná-las acessíveis a terceiros, especialmente agricultores.
- Melhorar a coordenação no interior da administração pública, nos domínios sectoriais e territoriais melhorando os fluxos de informação sobre questões cadastrais e de uso e gestão do solo, assim como nos procedimentos.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Acordo Cadastral - Departamento de Assuntos Rurais, concretizando-se nas aldeias modelo de Pedrosa, Francos de Proendos , Carzoá , Meixide , Bustelo de Fisteus , Moreda e Osmo ou nas herdades agroflorestais

Incorporação de lotes de concentração de terrenos baldios ao Banco de Terrenos.

Alteração da Lei n.º 31/2014, das bases gerais da política individual, do ordenamento do território e do planeamento urbano

1.3. Gestão conjunta

Desafio/oportunidade

A propriedade fragmentada, comum em muitas áreas da Galiza e do Norte de Portugal, pode condicionar a viabilidade técnica e/ou económica de diversas atividades agroflorestais. A possibilidade de agrupar várias parcelas e geri-las em conjunto promove economias de escala e a implementação de novas atividades agroflorestais.

Descrição

Os usos tradicionais, bem como problemas relativos à transmissão familiar da propriedade, levaram à atomização das terras rústicas. Isto, somado ao abandono e à progressiva desconexão dos proprietários com o meio rural e suas terras, tem reduzido e fragmentado, em maior ou menor grau, a base territorial disponível para as explorações agrícolas (existentes e novas).

A gestão conjunta da terra promove a colaboração entre proprietários para organizar o uso de todas as suas terras como uma única unidade de uso. A utilização pode por esta forma ser mais facilmente realizada diretamente pelo grupo de proprietários ou cedida a terceiros.

Tanto a Lei 11/2021, de 14 de maio, sobre a recuperação de terras agrícolas na Galiza, como o Programa Português de Transformação da Paisagem, contêm ferramentas focadas na concretização deste objetivo. O procedimento utilizado no desenvolvimento de propriedades agroflorestais, grupos e ações de gestão



conjunta e aldeias modelo são instrumentos que promovem explicitamente esta política.

Pontos-chave

- Promover a gestão coletiva da terra.
- Assegurar o envolvimento dos proprietários através de ações de informação e sensibilização, designadamente através do compartilhamento de experiências bem-sucedidas.
- Identificar uma fórmula inicial adequada a cada situação e assegurar flexibilidade para acomodar alternativas.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Aldeias modelo de Pedrosa, Francos de Proendos , Carzoá , Meixide , Bustelo de Fisteus , Moreda e Osmo)

Polígonos agroflorestais: Oímbra

Condomínios Village : Vilarinho das Quartas e Paradinha

Corredor Verde de Monchique (AIGP)

Fórmulas para a gestão conjunta da propriedade florestal na Galiza (projecto FORVALUE)

Iniciativa de gestão comum (IGC): Lei 5/2019, de 28 de fevereiro, sobre estruturas agrárias da Comunidade Valenciana

Estabelecimento de partilhas de terras (LEI 6/2023, de 23 de fevereiro, sobre a proteção e modernização da agricultura social e familiar e do património agrário de Aragão .)

Gestão Conjunta dos Castanheiros da Galiza (Parada de Sil, O Bolo)

Sociedade de Desenvolvimento Florestal Somos Cuns

1.4. Ferramentas que articulam a oferta e a procura de terras

Desafio/oportunidade

Territórios com propriedade fragmentada e em processo de despovoamento, boa parte da Galiza e do Norte de Portugal apresentam frequentemente baixa mobilidade fundiária. Um dos motivos é a dificuldade de ligar oferta e a procura, o que dificulta o início e ampliação da atividade agrícola.

Descrição: O Banco Galego de Terras é um instrumento integrado na Agência Galega de Desenvolvimento Rural. Constitui um mecanismo com os quais se pretende regular o uso e exploração de parcelas com vocação agrícola, com o duplo objetivo de evitar o seu abandono e de as colocar à disposição de todas as pessoas que necessitam de terras para agricultura, pecuária, silvicultura, conservação da natureza e do património, ou outros usos de interesse social.

Portugal dispõe de um instrumento semelhante, a Bolsa de Terras.

Existem outras iniciativas a nível local, promovidas pelas autoridades municipais, grupos de desenvolvimento rural,



cooperativas, etc. Um exemplo é a iniciativa aterra, do Grupo de Desenvolvimento Rural Limia-Arnoia.

Pontos principais

- Existência de uma entidade gestora de terras com ferramentas efetivas de ação sobre a gestão de terra, com papéis que podem ir desde o suporte físico e/ou tecnológico, até a mediação entre as partes ou gestor (com pesquisa e promoção da compra e venda de propriedades).
- Viabilização de um espaço/tipo de ferramenta que pode ir de um simples quadro de avisos até uma plataforma web ou uma APP onde se possa trocar informação, designadamente da oferta /procura de terrenos.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Banco Terras da Galiza (Aldeias Modelo de Pedrosa, Francos de Proendos, Carzoá, Meixide, Bustelo de Fisteus, Moreda e Osmo)

Guia de acesso à terra: aterrando no setor agrícola.

Apoio a novos e novos participantes sem acesso à terra : Experiências inspiradoras

<https://aterra.gal/> da RDA Limia Arnoia

1.5. Banco de quintas

Desafio/oportunidade

Facilitar a continu-idade das explorações agrícolas, nos casos em que não haja mudança geracional na família ou do proprietário.

Descrição

As explorações agrícolas (e o conjunto de instalações, terrenos, máquinas, etc.) com gestores agrícolas que se aposentam ou que decidem abandonar a atividade, sem ter sucessor, geralmente acabam encerradas. Além disso, a transferência de uma exploração agrícola para uma pessoa estranha ao agregado familiar apresenta vários obstáculos, comuns na Galiza e no Norte de Portugal:

- Conseguir estabelecer uma relação de confiança entre o cedente e o novo proprietário;
- A elevada capitalização das explorações agrícolas, particularmente em alguns sectores produtivos (como o gado leiteiro);
- A ligação entre os bens familiares e os meios produtivos de exploração, particularmente a terra;
- A proximidade ou mesmo integração entre a quinta e a própria casa da família, que em muitos casos partilham áreas comuns.

O banco agrícola é uma ferramenta inovadora para facilitar a transferência de explorações agrícolas (seja para venda ou arrendamento) para novos proprietários, muitas vezes não relacionados com os atuais, promovendo assim a continuidade. Este serviço de intermediação pode assumir diferentes formas e/ou intensidades. A ação



básica é facilitar o fluxo de informações entre as pessoas que deixam de ter interesse em continuar a sua exploração e as interessadas em assumir a sua gestão.

Por vezes esta transição entre proprietários é acompanhada por um programa de mentoria ou de apoio personalizado, que permite a reforma ou abandono gradual do proprietário da exploração agrícola e o rendimento escalonado do novo proprietário, ambos sobrepostos durante algum tempo. É o que acontece caso em Irlanda, França, Escócia ou País de Gales. Este apoio permite também a formação prática no local e a familiarização com a exploração e o seu ambiente, facilitando assim a integração.

Na Galiza, a Lei 11/2021 de Recuperação de Terras Agrícolas que regulamenta o banco agrícola da Galiza prevê um auxílio para facilitar a colaboração entre o cedente e o novo proprietário.

Pontos principais

- Adaptação da tributação e das isenções, que tornam a iniciativa atrativa.
- Abordagem individualizada e centrada nas pessoas.
- Suporte e flexibilidade de médio/longo prazo o que exige um nível de confiança

mútua entre quem ingressa e o antigo proprietário.

- Integração no sectorial, na sociedade e no lugar do novo proprietário.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

do Banco da Galiza (<https://banexp.xunta.gal/banexp/>)

¹ Apoio a novos e novos participantes sem acesso à terra : [Experiências inspiradoras](#)

Aterra RDA Limia- Arnoia <https://aterra.gal/visor/>

1.6. Espaços de testes agrícolas

Desafio/oportunidade

A instalação de novos participantes na agricultura é mais complexa do que a de sucessores em famílias de agricultores. O acesso à terra, formação, capital e/ou outros elementos necessários para iniciar um projeto agrícola é uma tarefa por vezes complicada para pessoas que vêm de outras origens profissionais, familiares e, frequentemente, territoriais.

Descrição

Os espaços de testes agrícolas são um modelo de apoio integral a quem ingressa na atividade agrícola para que possa desenvolver a sua iniciativa. Permitem iniciar o projeto agrícola num ambiente favorável, sem correr riscos e avaliá-lo para decidir se continua a atividade. Esses espaços ficam a meio caminho entre a formação e a incorporação agrária.

Estes espaços podem ser mais ou menos complexos, acomodando diferentes atividades. O seu objetivo é permitir que o empreendedor avalie o projeto, para decidir se o realiza com seus próprios meios ou se desiste da iniciativa.

Dispõem de apoio físico, ou seja, um ou vários terrenos para a realização da atividade, instalações, equipamentos, máquinas e tudo o que for necessário para iniciar o projeto. Também contam com suporte jurídico, onde ficam cobertas as responsabilidades trabalhistas e fiscais da pessoa. Normalmente inclui também apoio ao empreendedor do ponto de vista



técnico, empresarial e pessoal, bem como formação e aconselhamento especializado.

Na Galiza, esta iniciativa está incluída na Lei 11/2021 sobre a recuperação de terrenos agrícolas através dos Espaços de Experimentação Agrária, destinados a aldeias modelo, polígonos agroflorestais, entre outros, cujos terrenos não serão adjudicados em processo de concurso, (Art. 122.º). Espaços agrícolas de experimentação).

Pontos principais

- Ter terreno e financiamento para o projeto, bem como entidade gestora (pública, privada...) com recursos humanos capacitados.
- Divulgação entre empreendedores potencialmente interessados.
- Visão estratégica e estabelecimento de alianças com instituições do setor, que facilitam a incorporação progressiva de novos agricultores.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Aldeia modelo de Muimenta (Carballeda de Avia – Ourense)

Guia de recursos para apoiar novos participantes (<https://terraactiva.es/>)

Rede de espaços de prova agrária (<https://espaciostestagrarios.org/>)

RENETA (Rede Nacional de Espaços de Prova Agrária) <https://reneta.fr/index.php>

Projeto HORTA (AGADER)

1.7. Serviços de consultoria

Desafio/oportunidade

O conhecimento adequado para apoio à adaptação e inovação é um elemento-chave nas atividades agrícolas, pecuárias e florestais. Em particular, para a implementação de novos projetos de gestão ativa em áreas rurais, onde é essencial uma visão holística da gestão empresarial, administrativa e económico-financeira. A disponibilidade de fontes de treinamento e suporte contínuo é essencial para apoiar esses projetos.

Descrição

Os serviços de assessoria, públicos ou privados, dedicam-se a aconselhar e formar pessoas com atividades agrícolas, pecuárias ou florestais. O seu trabalho pode ser fundamental na valorização da capacidade produtiva do espaço agroflorestal.

Portugal tem associações de desenvolvimento rural e outras instituições que desempenham um papel relevante neste domínio, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e as Comunidades Intermunicipais.

Na Galiza podem encontrar-se diferentes tipos de entidades: Gabinetes Rurais do Departamento de Assuntos Rurais, técnicos locais de emprego, entidades com serviços de assessoria e gestão, a exemplo da RESAXEGA, grupos de desenvolvimento rural e Rede de Pólos de Empreendedorismo.

As entidades desempenham diversas tarefas no território, promovendo iniciativas de emprego a nível local, ajudas à transformação, controlos administrativos e



sanitários, gestão de fundos europeus, promoção de projetos empresariais, melhoria do funcionamento das explorações agrícolas, formação, etc.

As capacidades e funções de cada entidade dependem da sua finalidade, do pessoal e até da situação atual. Mas, no seu conjunto, são um recurso fundamental, também pela sua capacidade de colocar em contacto pessoas ativas no sector primário, entre si e com outras pessoas que queiram aderir à atividade.

Pontos principais

- Identificar as entidades que acompanham e/ou aconselham agricultores, pecuaristas, produtores florestais, etc., que realizam atividades que requerem formação e informação multidimensional.
- Conectar o ecossistema consultivo no domínio agrícola e florestal com as ferramentas de mobilização de terras agrícolas (como Bancos de Terras e Bancos de Exploração) em cada território, tanto a nível institucional como operacional.
- Transmitir a todas as entidades de aconselhamento que uma forma de apoio é a identificação de quem mais pode oferecer ajuda, quando não há capacidade suficiente na própria entidade.

é identificar quem mais pode oferecer ajuda. a quem a necessita, quando não há capacidade suficiente na própria entidade.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Comissões de coordenação e desenvolvimento (CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR LVT, CCDR Alentejo e CCDR Algarve)

O Registo de Entidades com Serviços de Assessoria e Gestão da Galiza [RESAXEGA](#)

Apoio a novos e novos participantes sem acesso à terra: [Experiências inspiradoras](#)

Guia de acesso à terra: aterrando no setor agrícola.

Centros Territoriais de Inovação [CIT](#)

1.8. Suporte para novos empresários

Desafio/oportunidade

As explorações agrícolas não são capazes de garantir o seu futuro apenas através da sucessão familiar.

Os novos empresários (NE) que iniciam a atividade agrícola e/ou pecuária pela primeira vez e que não têm ligação prévia com o sector, por vezes sem ter crescido em ambiente rural, são essenciais para o futuro da agropecuária.

Embora representem atualmente uma pequena parte da mudança no setor, o seu surgimento e consolidação é fundamental em muitas áreas.

Os NE enfrentam as suas próprias dificuldades, adicionais às já enfrentadas pela generalidade dos agricultores e pecuaristas: falta de experiência e conhecimento, de ligações diretas com o setor, capital ou ativos e terras em quantidade e qualidade suficiente.

Descrição

Apoiar novos participantes representa um desafio e ao mesmo tempo uma oportunidade estratégica para a manutenção e promoção do sector



agropecuário e do tecido socioeconómico de áreas rurais.

O apoio aos NE pode assumir muitas formas e intensidades, e abranger diversos domínios, incluindo orientações sobre:

- O plano de produção para a nova atividade.
- A burocracia.
- Recursos de treinamento.
- Possibilidades de financiamento, acesso à habitação e outros serviços básicos.
- Integração na comunidade local.

Pontos principais:

- Dispor de entidades consultivas (públicas ou privadas) especializadas no apoio a este tipo de incorporação no setor agrícola.
- Garantir mentoria ou sistemas de apoio individualizados.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Incentivo para jovens agricultores <https://portaldosincentivos.pt/index.php/jovem-agricultor>

Guia de recursos para apoiar novos participantes (<https://terraactiva.es/>)

Rede de espaços de prova agrária (<https://espaciostestagrarios.org/>)

Junte-se às Mariñas (<https://cultivanasmarinhas.gal/>)

Acesso a terrenos nas aldeias modelo (Pedrosa, Francos de Proendos , Carzoá , Meixide, Bustelo de Fisteus , Moreda e Osmo)

Programa de apoio a empresas agroalimentares da [Fundação Juana de Vega](#)

1.9. Centros de experiência

Desafio/oportunidade

A chamada aprendizagem *peer -to- peer* (P2P), ou seja, entre pessoas que desenvolvem a mesma atividade e que partilham as suas experiências, sucessos e fracassos, dúvidas e preocupações, é muito eficaz como forma de transmissão de conhecimento e inovação no sector agrícola e nas zonas rurais.

Descrição

Hubs ou pólos de experiência são espaços de encontro para pessoas dispostas a partilhar as suas experiências, conhecimentos, recursos técnicos, canais de marketing e recursos.

Eles podem ser muito diversos, assim como sua complexidade. A proposta mais simples centra-se na partilha de boas práticas através de uma rede de colaboração.

Esses centros podem ser formais ou informais. É comum que grupos de agricultores de um mesmo setor produtivo tenham um grupo em uma rede social para partilhar suas preocupações. Por sua vez, as visitas a outras explorações facilitam a divulgação de novas tecnologias, técnicas e modelos de gestão.

Este é um recurso fundamental para pessoas que desejam desenvolver uma atividade agropecuária ou florestal sem experiência prévia ou em território desconhecido.



Esta prática está intimamente ligada ao papel dos serviços de aconselhamento, pois em muitos casos conhecem ou já fazem parte destas redes de apoio, podendo ser agentes fundamentais na formação destes grupos de pares e na sua dinamização e divulgação.

Pontos principais:

- Existência de uma entidade/grupo de pessoas ou pessoa que crie e dinamize a rede para troca de experiências e apoio (governança e adesão).
- Promoção de atividades de troca de conhecimento em diversos formatos, como fóruns de discussão, visitas a explorações agrícolas e viagens de estudo.
- Criação de repositórios de informação básica e estruturada (ajudas, cadernos informativos, etc.)

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Projeto FarmDemo (<https://farmdemo.eu/hub/>)

Projeto Climático Demonstração da Fazenda (<https://climatefarmdemo.eu/>)

1.10 Mercados de produtos locais / Circuitos curtos de comercialização

Desafio/oportunidade

A implementação de novos usos agrícolas, pecuários ou outros que favoreçam a gestão ativa da terra depende frequentemente da oportunidade de comercialização dos produtos, já que isso determina a viabilidade económica a médio e longo prazo.

A identificação e promoção, se for o caso, de canais de comercialização adequados para novas produções é um elemento chave para garantir a sua continuidade.

Porém, frequentemente, as áreas em que as novas atividades são mais interessantes carecem de cadeias de valor adequadas para os novos produtos, que, além disso, tendem a ser gerados em pequena escala e em pequenas quantidades.

Descrição

Estabelecer circuitos curtos de comercialização, como mercados locais, que ajudem a comercializar produtos da agricultura /pecuária de pequena escala no território.

Intimamente ligados ao conceito de economia circular, os produtos locais são aqueles produzidos perto do local onde são consumidos que contribuem para o reforço da economia local e a viabilidade de pequenos produtores. Os circuitos curtos também permitem o empoderamento do consumidor e a proximidade com o produtor.

Movimentos como da fazenda para a mesa, lentos A Agricultura Alimentar ou Apoiada pela Comunidade (ASC ou CSA em inglês)



promove um consumo mais sustentável e ecológico que favorece a biodiversidade, o cuidado da terra, o comércio justo e um compromisso mais ético com os produtores.

Esses movimentos estão intimamente ligados às vendas diretas dos próprios produtores ao consumidor, sem necessidade de intermediário. Essa venda pode ser realizada na própria quinta, em lojas ou por meio de envios ao domicílio.

As produções derivadas da gestão ativa do espaço rural em áreas vulneráveis ao impacto dos incêndios, à degradação dos recursos e ao despovoamento, podem apoiar a sua estratégia de marketing com estas externalidades positivas.

O circuito curto pode ser acionado através de diferentes mecanismos:

- Plataformas de longo prazo online ou físicas que permitem a venda de produtos por um determinado período de tempo, criando um compromisso de disponibilidade entre as partes. Um exemplo são os grupos de consumo sob encomenda ou grupos de cesta básica.
- Plataformas de curto prazo orientadas para a negociação de produtos em tempo real, seja em plataformas

digitais ou físicas, como feiras livres, bancas e lojas.

Pontos principais:

- Existência de um grupo de produtores locais dispostos a aderir.

- Existência de um nicho de mercado: grupo de consumidores locais, cozinhas de refeitórios escolares, cozinhas de residências sénior, centros de dia, etc.

- Estabelecimento de um modelo organizacional adequado ao território onde se vai instalar, bem como um espaço adequado (físico e/ou digital).

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Aldeia de Quintandona

Cestos de carne da raça Marinhoa

Projeto AproximaR: exemplo de *promoção de produtos localizar os refeitórios escolares do concelho de Arcos de Valdevez*

Marca e Projeto Ecocomedores Mariñas Coruñesas e Reserva da Biosfera Terras do Mandeo

À Cooperativa de Consumo Responsável Xoaniña

Zocaminoca

AMAP CSA Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária REGENERATE (AMAP – Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade - CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura)

Mercaproximidade

1.11. Promoção da exploração multifuncional/agroflorestal

Desafio/oportunidade

As terras abandonadas ou subutilizadas têm diversas capacidades produtivas, muitas vezes com limitações para implementar atividades de alto valor. A monocultura ou, genericamente, a especialização numa única produção agrícola, pecuária ou florestal simplifica a paisagem, aumenta o risco económico e, no longo prazo, compromete a valorização dos recursos naturais, nomeadamente do solo e da biodiversidade. No caso das plantações florestais, a monocultura aumenta os riscos ambientais, como incêndios florestais e a propagação de doenças e pragas.

Por seu lado, a diversificação, através da combinação de diferentes produções agrícolas, pecuárias e florestais limita as consequências negativas antes mencionadas.

Descrição

Os sistemas agroflorestais são modelos multifuncionais de gestão da terra, compatibilizando espécies lenhosas e pecuárias ou agrícolas na mesma superfície, tornando rentável a gestão da biomassa em diferentes estratos e prazos. Podem também incluir a implementação de outras atividades ligadas à paisagem ou ao ambiente.

Apostar em modelos de gestão florestal para além do seu significado tradicional, normalmente ligados ao conjunto de ações silviculturais para atingir determinados objetivos produtivos numa massa florestal,



implica abordar uma visão ampla de base territorial de acordo com a aptidão agroecológica de resiliência e multifuncionalidade com especial atenção à diversificação.

A definição dos modelos adequados para um determinado território envolve a análise de duas dimensões:

- Os requisitos biofísicos das espécies (florestais, agrícolas e/ou pecuárias) considerando a aptidão produtiva necessária à viabilidade do modelo.
- A complexidade de implementação e posterior gestão do modelo, incluindo a maior ou menor dificuldade de gestão, dependendo das necessidades de produção e comercialização, de mão de obra e/ou investimento ou a dependência de recursos externos ao longo do ciclo de produção.

Pontos principais:

- Selecionar as produções de acordo com o modelo, considerando a capacidade de gestão do(s) promotor(es) e as condições biofísicas.
- Complementar a decisão com informação sobre outras variáveis que

condicionam a implementação do modelo, como o contexto regulatório.

- Consciencialização sobre a importância da biodiversidade e da presença de espécies nativas.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Aldeia de Meixide (concelho de A Veiga)

POR VALOR

AFINET ; VINHEDOS ASSOCIADOS A ÁRVORES COMO SUPORTE VIVO Um sistema agroflorestal tradicional em Itália e Portugal

Sistemas agroflorestais ; Dossiê técnico nº99, RuralCat , Direção Geral de Alimentação , Qualitat i Indústries Agroalimentares . Junho de 2019; ISSN: 1699-5465

Protocolo entre REN (Redes Energéticas Nacionais) e a Cooperativa Portuguesa do Medronheiro

Comunidade de Montes Veciñais em Man Común de Couso

1.12. Gestão de biomassa em áreas de especial interesse: centros populacionais e redes rodoviárias

Desafio/oportunidade

Reduzir o risco de incêndio nas áreas mais suscetíveis a danos humanos e materiais, nomeadamente nos perímetros de centros populacionais e na proximidade de infraestruturas críticas.

Descrição

Com o objetivo de reduzir o risco de incêndio em áreas sensíveis podem ser estabelecidos mecanismos/instrumentos específicos para a gestão da biomassa.

Assim, na Galiza, a Lei 3/2007, de 9 de Abril, de prevenção e defesa contra incêndios florestais incorporou recentemente a figura de “projetos integrais de gestão de biomassa através da atividade agrícola e pecuária” que são implementados através do mesmo procedimento aldeias modelo, mas, cujo objetivo não é a recuperação integral da aldeia, mas simplesmente a proteção contra o risco de incêndio de lugares sensíveis através da gestão da biomassa com uma atividade produtiva e sustentável.



A lei estabelece, no seu artigo 21.4 que o órgão competente em matéria de prevenção e extinção de incêndios pode promover a declaração de projetos de gestão integral da floresta através da biomassa agrícola e a atividade pecuária, de acordo com o procedimento regulado na primeira secção do capítulo II do título VI da Lei 11/2021, de 14 de maio, de recuperação de terrenos agrícolas na Galiza.

Pontos principais

- Envolvimento da administração, aplicando a legislação existente.
- Incremento da redução da biomassa, aumentando a resiliência ao fogo e reduzindo a vulnerabilidade de pessoas e bens.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Projeto piloto da Rodovia Morrazo

Estratégia verde para transformar as estradas das Ilhas Canárias

Estratégia de Desfragmentação de Habitats Afetados pela Infraestrutura de Transporte Linear do Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico

1.13. Recuperação do pastoreio, valorizando raças nativas como gestoras de biomassa.

Desafio/oportunidade

O abandono de pastagens e áreas florestais, principalmente em zonas montanhosas e terrenos marginais, é uma das causas da recorrência e, sobretudo, do aumento da área afetada pelos incêndios rurais, o que provoca a degradação do solo, tanto a nível biótico como abiótico.

O abandono das áreas rurais provocou uma diminuição das atividades agrícolas. O aumento dos efetivos de raças bovinas provenientes dos Países Baixos, devido à sua elevada produção leiteira, levou à introdução de espécies não rentáveis, com os animais de raças autóctones remetidos ao trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, aumentou o uso de fertilizantes químicos para a agricultura e de cercas para a criação de ovinos/caprinos, o que contribuiu para a criação de áreas de mato.

Descrição

A introdução de espécies e raças animais aptas ao pastoreio permite aproveitar biomassa vegetal difícil de recuperar por outros meios. Além disso, as raças nativas de gado bovino tendem a adaptar-se melhor a condições biofísicas adversas. A sua introdução, por outro lado, também



contribui para a conservação de valiosos recursos genéticos.

A recuperação da criação e promoção de raças autóctones contribui para reduzir a carga de combustível, fertilizar o solo, aumentar o stock de carbono e obter produtos pecuários mais sustentáveis.

Pontos-chave

- Seleção das espécies e raças mais adaptadas ao tipo de vegetação e condições biofísicas, priorizando as nativas com maior rusticidade.
- Realização de um plano de pastoreio e instalação de cercas e instalações de manejo.
- Melhoria da fertilidade do solo.
- Identificação da cadeia de valor dos produtos a obter.

Histórias de sucesso e outras fontes de inspiração

Programa de promoção de corrida marinha

Aldeia de Vilarinho das Quartas

Projeto LifeTerra Maronesa

Aldeias modelo de Pedrosa, Francos de Proendos, Carzoá, Meixide, Bustelo de Fisteus, Moreda e Osmo

Polígonos agroflorestais (Oímbra)

Grupo Operacional de Carne Pastada

Projeto Ruraltxa

Sociedade Galega de Pastos e Forraxes (SGPF)

Boas prácticas

2.2. Abordagens territorialmente conjuntas e sinérgicas

2.1. Educar para proteção contra incêndio

Desafio/oportunidade

A educação e a consciencialização sobre o risco que os incêndios representam para as populações residentes em espaços de interface povoamento-floresta são essenciais para melhorar os comportamentos de autoproteção.

Descrição

A implementação de planos de gestão (emergência) e rotas de evacuação, as medidas de sensibilização e educação da população sobre comportamento de prevenção e autoproteção em situações de risco reduzem o impacto causado pelos incêndios, na saúde e segurança.

Os programas “Aldeia Segura” e “Gente Segura” são desenvolvido no âmbito de um Protocolo entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Associação Nacional de Municípios Portuguesa (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

A “Aldeia Segura” consiste na criação de medidas estruturais para pessoas e grupos através do estabelecimento de pontos estratégicos e rotas de fuga, bem como pontos críticos de infraestrutura. Por sua vez, o “Pessoa Segura” estabelece um plano de sensibilização e educação para os riscos, através de simulações de pontos de encontro e possíveis rotas de fuga.

A conceção de mapeamento de riscos e perigos de incêndio, com identificação de infraestruturas e pontos de encontro fazem parte deste plano de formação e prevenção.



Na Galiza existem Planos Municipais de Prevenção e Defesa contra Incêndios Florestais (PMPDIF), mas centram-se na definição da rede de cinturões secundários de gestão de biomassa e não na formação de pessoas.

Em Portugal, o *Sistema Integrado de Gestão de Incêndios Rurais* aprovados pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, define o conteúdo dos diversos instrumentos de planeamento para a gestão integrada dos incêndios rurais a nível nacional, regional, sub-regional e municipal. Este novo regime introduz a gestão agregada dos territórios rurais e a mobilização dos sectores agrícola e pecuário para uma integração da prevenção com a supressão, reconhecendo a adoção de boas práticas no planeamento e gestão da paisagem. Especificamente, inclui a execução e manutenção de faixas de gestão de combustíveis, o reaproveitamento de excedentes, a renovação de pastagens ou mosaicos agroflorestais, o que é visto como crucial para a criação de um território mais resiliente, viável e gerador de valor. Essa mudança também considera a Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, que define as bases da

política florestal nacional, visando a governação nacional, regional e sub-regional, com funções de planeamento e coordenação de prevenção, deteção e colaboração na extinção de incêndios e determina a gestão da paisagem e o planeamento da exploração madeireira.

Pontos-chave

- Mapeamento do risco e perigo de incêndio.
- Mapeamento de infraestruturas, equipamentos e pontos de água.
- Realização de simulações para aprendizagem do rumo a tomar para abrigos e pontos de encontro.
- Educação e sensibilização para o risco de incêndios florestais (inclui kit de intervenção e kit de fuga).

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia de Senradelas

Aldeia de Mós (Aboim - Fafe)

Nacional de Conscientização DFCI 219

Programa Aldeia Segura – Pessoas Seguras Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro

Aldeia modelo Trelle (<https://fire-res.eu/living-lab/galicia-spain/>)

2.2. Preservação e recuperação de edifícios

Desafio/oportunidade

A deterioração dos edifícios e do espaço público e a má reabilitação destes, em grande parte do território rural, além de constituir um risco para quem se desloca nas suas proximidades, geram problemas de acessibilidade e bem-estar e associam a muitas aldeias um aspeto de abandono e deterioração, o que as torna pouco atrativas, incluindo para os residentes.

Descrição

A reabilitação, restauro e recuperação de edifícios antigos e do espaço público envolvente permite valorizar o edificado, fortalecer o tecido social e dar sinal de um comprometimento com o futuro.

Por um lado, reduz-se o impacto ambiental e a procura de materiais e terrenos associados às novas construções. Por outro, preserva-se uma parte da história e cultura das aldeias e do seu património arquitetónico.

A reabilitação de um único edifício não tem grande impacto na aldeia, mas se for acompanhada de um plano de reabilitação de conjunto, permite transformar a aldeia, podendo funcionar como alavanca para a revitalização socioeconómica.

As soluções valorizam a arquitetura histórica local, apostando na utilização de materiais tradicionais, acompanhados de novas tecnologias, energias renováveis e na no conforto e na criação de oportunidades para a diversificação económica.



Pontos-chave

- Realização de um diagnóstico do estado dos edifícios e espaços públicos da aldeia e envolvente.
- Realização de um plano abrangente, propondo regras arquitetónicas e abordando questões transversais como serviços básicos, eficiência energética, acessibilidade e adaptação a novas necessidades, acompanhado de medidas de incentivo, como reduções fiscais municipais e ajudas nacionais e europeias.
- Combinação de investimento público e privado com o envolvimento local.
- Recuperação de espaços públicos
- Aquisição pública de edifícios para reabilitação com fins habitacionais e para usos coletivos (pequenas oficinas, centros sociais, etc.) ou aluguer para exploração sob condição (ex.: espaço de hotelaria aberto todo o ano e não apenas durante a época turística).

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia Quintandona

Aldeia Ostana

Município de Kuartango

Programa REVIVENDA (A Veiga)

Planos para revitalizar o núcleo rural das aldeias modelo

2.3. Valorização do património cultural material e imaterial

Desafio/oportunidade

Além do seu valor intrínseco, o património cultural, tanto material como imaterial, pode ser um fator-chave para aumentar a autoestima e a coesão das comunidades locais e a sua manutenção e recuperação pode servir de base à revitalização local e à promoção de novas atividades económicas e sociais.

Descrição

O papel da comunidade e/ou das associações locais é fundamental na ligação entre passado, presente e futuro. Promover iniciativas que recuperem a gastronomia (Festa do Caldo de Quintandona), a língua vernácula (Occitano em Ostana), edifícios ligados à tradição (espigueiros, fornos comunitários,...), são elementos que permitem a consolidação coletiva.

Ao mesmo tempo, estes elementos podem potenciar: valorização turística (permite o surgimento de casas de turismo rural, negócios de hotelaria, venda de produtos locais, etc.); atividades culturais e paisagísticas (promovendo a visita); a inserção em rotas (de monumentos naturais, fortes, pinturas rupestres, etc.) e a promoção de atividades ligadas à economia local, designadamente aos produtos da agropecuária.

Assim, promover as tradições, aumentar a autoestima da população, reforçar a sua identidade, melhorar a sua qualidade de vida e criar emprego, preservando o património, são desafios importantes e que



têm tido resultados importantes em vários lugares no Norte de Portugal, na Galiza, como em elevado número de núcleos rurais espalhados pelo mundo.

Aa atividades culturais permitem atrair visitantes e garantir o seu acesso a todos. Dada a baixa densidade populacional e económica, poderá haver alternância entre eventos sazonais e festividades, onde se confira destaque ao artesanato local com interação entre designers, como ocorre no *Projeto PARTO* e *Aldear*.

Pontos-chave

- Fomento e acompanhamento de comunidades e associações locais na promoção de atividades que permitam a recuperação e preservação do património cultural.
- Identificação de possíveis intersecções entre tradição e inovação;
- Identificação de agentes e modos de operacionalização de um processo contínuo de projetos culturais locais ou itinerantes.
- Promoção de espaços comuns (públicos ou privados) onde atividades/iniciativas de âmbito cultural possam ser realizadas.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia de Quintandona

Aldeias Ostana

Condomínio Aldeia de Talhada

Programa ALDEAR (<https://estrutura.pt/the-walk-3/>)

Projecto PARTO (Penafiel Artes e Ofícios)

Redealdear (<https://aldear.me/>)

2.4. Preservação e valorização económica dos serviços ecossistémicos

Desafio/oportunidade

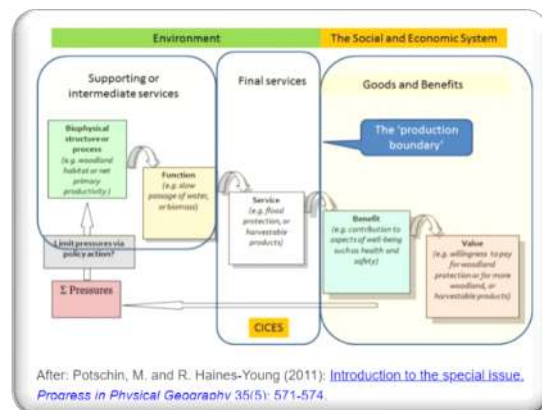
Promover processos ecossistémicos através dos quais são prestados serviços essenciais para a vida humana e para sustentar a biodiversidade.

Descrição

A Agência Europeia do Ambiente: Classificação Internacional Comum de Ecossistema Serviços (CICES) agrupa os serviços ecossistémicos em três secções inter-relacionadas:

- a) a satisfação das necessidades materiais e energéticas: regulação da composição química da atmosfera, filtragem de poluentes, regulação do ciclo da água, etc.
- b) a regulação e manutenção do meio ambiente para os seres humanos: fornecimento de alimentos, biomassa para energia, água para consumo humano, etc.
- c) as características não materiais dos ecossistemas que afetam os estados físicos e mentais das pessoas, ou seja, a sua importância cultural: promoção da atividade física, conservação dos recursos arqueológicos, etc.

Essa classificação procura identificar serviços que estejam vinculados a bens e benefícios valorizados pelas pessoas. Deve ser realizado em um território específico e de acordo com as práticas locais. Assim, uma pastagem permanente dedicada ao pastoreio que permite a criação de determinadas aves não é similar a uma pastagem permanente em que se realiza o corte contínuo de erva,



incompatível com o período reprodutivo das aves.

As atividades de gestão ativa de biomassa podem fornecer vários destes benefícios. Por exemplo:

- Conservação do ciclo do solo e da água.
- Mitigação das alterações climáticas (redução do risco de incêndio e sequestro de carbono no solo).
- Fornecimento de alimentos e biomassa para energia.
- Valorização da paisagem.

Pontos-chave

- Identificação e mapeamento dos serviços ecossistémicos.
- Análise da oferta e procura destes serviços, considerando os possíveis benefícios e o seu valor.
- O pagamento deste tipo de serviços pode provir de diversas fontes e com recursos díspares (auxílios PAC, convénios com empresas, venda de produtos vinculados a esquemas PSE, etc.).

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Projeto INVERCLIMA

Projecto e Proposta do Corredor Verde de Monchique (<https://www.cm-monchique.pt/>)

Município de Carrícola (Comunidade Valenciana)

2.5. Promover a mobilidade sustentável, evitando conflitos com o automóvel

Desafio/oportunidade

Viver na aldeia e visitá-la envolve explorá-la e viver a experiência de caminhar. Por isso, é importante evitar, principalmente em aldeias bem preservadas e com poucos acessos, que a aglomeração de visitantes se torne uma ameaça e possa perturbar o espaço dos moradores.

Descrição

As aldeias são pequenos aglomerados, com ruas estreitas, em sua maioria pedestres. O crescimento do número de visitantes/turistas pode provocar uma certa rutura com a sua identidade, provocando perturbação. Isso deve ser evitado através do incentivo à mobilidade ativa e da criação de espaços para estacionamento automóvel na margem da aldeia, da mesma forma que é importante densificar os percursos pedonais e dar-lhe condições de conforto.

A vila de Quintandona (Penafiel), no seu plano de desenvolvimento, criou um conjunto de estacionamentos nas principais entradas que reduzem o trânsito de veículos nas ruas da aldeia, permitindo a fácil circulação a pé de visitantes e o acesso



dos residentes, tendo sido criados e melhorados caminhos de ligação no interior da aldeia e desta às florestas e campos da sua envolvente.

Pontos-chave

- Criação de lugares de estacionamento fora da aldeia.
- Redução do tráfego automóvel no centro das aldeias e criação de mecanismos que forcem a significativa redução da velocidade na área construída.
- Aumento e melhoria da densidade e conforto dos percursos pedonais e/ou cicláveis.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia Quintandona

Mobilidade Rural Sustentável – parceria Aldeias Históricas de Portugal e Renault

2.6. Geração de energia à escala local

Desafio/oportunidade

Promover comunidades locais de energia e eficiência energética em edifícios públicos (e privados).

Descrição

A importância de iniciar uma transição que reduza o consumo de combustíveis fósseis como fonte de energia tornou-se clara nos últimos anos. Embora seja verdade que grandes mudanças devem ser feitas a escalas macro (grandes indústrias, padrões de consumo, mobilidade sustentável, etc.), também é verdade que as contribuições podem ser feitas a nível local, em pequena escala, considerando o seu impacto na despesa das famílias e a vantagem da proximidade da fonte ao consumo.

Neste sentido, promover a geração e utilização de energias renováveis sustentáveis a nível local contribui não só para a sustentabilidade, mas também para a própria economia e para a independência energética. Algumas das opções de geração de energia em pequena escala, embora não sejam totalmente sustentáveis, permitem o uso de resíduos ou matéria orgânica próximos. É o caso de:

- energia solar (painéis solares),
- vento (turbinas eólicas),
- hidráulica (moinhos de água, etc.),
- movimento ou energia cinética,
- biodigestores,
- geotermal.



Pontos-chave

- A instalação ou instalações geradoras de pode(m) ser realizada(s) com qualquer tecnologia renovável de geração de eletricidade. Pode(m) estar associado(s) apenas a um consumidor (autoconsumo individual) ou ter vários (autoconsumo coletivo ou partilhado).
- Incentivo ao autoconsumo e/ou a geração de energia (através de ajudas, divulgação, melhoria do conhecimento e sensibilização).
- Formação/divulgação entre o pessoal das empresas que realizam instalações elétricas (instaladores autorizados do município, da região...). Em muitos casos, eles funcionam como conselheiros na escolha da melhor opção em cada caso.
- Promoção/priorização em edifícios /instalações públicas.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Projeto de contratação pública de inovação para comunidades energéticas locais em aldeias

Projeto 100 Aldeias (<https://cleanwatts.energy/pt-pt/100-aldeias/>)

Ostana (inclusão de energias renováveis nos seus edifícios públicos).

Modelo Foresta delle Montanha Fiorentina (Produção ativa e econômica de madeira para uso térmico e estrutural)

Projeto ALDEALIX

2.7. Promover a multifuncionalidade da aldeia

Desafio/oportunidade

Combinar diversas “boas práticas”.

O espaço rural é mais sustentável e social e economicamente rico se for multifuncional. Nesse sentido, é preciso transformar potencialidades em valores reais ou encontrar novos recursos. O planeamento e estruturação do território deve visar a revitalização do espaço com residência, atividades económicas, usos do solo, estruturas agrícolas, reabilitação e preservação de património e culturas que transformem um local adormecido num espaço multifuncional e atraente.

Descrição

As alterações no uso e ocupação do solo, a reabilitação de edifícios e alterações no regime de ocupação, a par da criação de associações, cooperativas e locais de venda de produtos promovem a vitalidade de uma pequena aldeia.

A gestão multifuncional do sistema rural envolve a combinação de diversas ações baseadas nomeadamente na paisagem e na cultura locais. O desenvolvimento das diversas dimensões em sinergia, permite que um território tenha vocação agrícola, valorize a paisagem e o ambiente e promova a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo que promove a criação de riqueza.

A vila de Freixiel, por exemplo, alia multifuncionalidade, incluindo diversidade agropastoril, adega de provas de vinhos,

ateliê da pintora Graça Morais, museu



etnográfico, património arquitetónico e arqueológico, com paisagens interessantes e boa gastronomia. Outro exemplo de lugar multifuncional no Norte de Portugal onde se incentiva o encontro entre residentes e visitantes é a aldeia de Quintandona .

Pontos-chave

- Promoção da diversidade funcional.
- Promoção da sinergia entre a agricultura e a pecuária e outras atividades, com a valorização da paisagem e do património material e imaterial.
- Fortalecimento do encontro entre residentes e visitantes, nomeadamente através da oferta de bens e serviços ligados à especificidade do local/região.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia Quintandona

Aldeia Ostana

Vila Freixiel

Município de Kuartango (Álava-País Basco)

Boas práticas

2.3 Abordagens que promovem a governança multinível e participativa

3.1. O espaço rural como local de lazer, bem-estar e distanciamento social

Desafio/oportunidade

O espaço rural é, regra geral, sinónimo de espaço de silêncio, vivência calma na natureza e tranquilidade. É fonte de tradições ancestrais e atividades rudimentares. Essas características proporcionam vitalidade e reencontro, numa combinação entre o ser humano e a natureza, sobretudo vista como contraponto ao ambiente urbano de grande densidade e intensidade.

Descrição

Através de alojamentos e estadias em meio rural, o exemplo do projeto VivExperiência permite o alojamento local em casas de campo transmontanas com arquitetura tradicional. O principal foco da marca é: a vila de Parada de Monteiros, motivando-se os visitantes a desligar-se da tecnologia, a vivenciarem a natureza e o ambiente rural e a reviverem valores e tradições que parecem do passado. Com um leque de atividades diversas para conhecer a vida na aldeia, a iniciativa permite regressar às técnicas ancestrais e rudimentares sem recurso à tecnologia.

A Aldeia de Paradinha é um complexo de alojamento local composto por dois núcleos: as casas de xisto da Serra de



Arouca e o complexo hoteleiro de design minimalista e moderno que está rodeado pela natureza. Aqui existe a possibilidade de desfrutar da proximidade de praia fluvial e desenvolver turismo cultural, científico e de natureza, com valorização de aspetos ligados às condições geológicas e geomorfológicas proporcionadas pela inserção no Geoparque de Arouca e pelo contacto direto com a vida cotidiana da população.

Pontos-chave

- Promoção de atividades tradicionais e rurais.
- Experimentação do ambiente rural e contacto com a natureza.
- Promoção de formas de turismo sustentável associado à natureza e ao bem-estar.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia de Parada de Monteiros

Aldeia Paradinha

Aldeia de Oucias (Arcos de Valdevez)

3.2. Promoção e divulgação da identidade local

Oportunidade de desafio

A promoção e projeção de uma identidade, marca ou atividade é um elemento estratégico que pode ser desenvolvido de diversas formas. A existência de festas, festivais e feiras pode incentivar a procura e o crescimento do interesse. O marketing territorial estratégico é um instrumento de eficácia e planeamento territorial com efeito promotor da atividade turística e do desenvolvimento dos territórios que envolve residentes e diversos agentes.

Descrição

As áreas rurais registam um declínio demográfico e uma perda de vitalidade, o que dificulta a promoção de novas estratégias. O espaço rural carece de novas ideias e funções para reverter o processo de abandono. Aproveitando os fatores endógenos do território, é possível promover a valorização do espaço cultural, arquitetónico, histórico e paisagístico como fonte de “funcionalidade” destas áreas rurais, promovidas pelo planeamento estratégico. Adicionalmente, o marketing territorial funciona como veículo de divulgação da identidade e projeção territorial, tanto interna como externamente.

A vila de Quintandona, através do Festival do Caldo, projeta-se através de um festival, reunindo um conjunto de atividades



diversas em torno deste evento, destacando-se na comunicação social, promovendo a procura.

O mesmo acontece em Kuartango com o evento “grande kedada rural”.

A criação de uma identidade digital para divulgação e promoção nas redes sociais é particularmente importante, como acontece com a plataforma online “cultivar.pt” na Região Centro de Portugal onde se sistematiza a informação sobre mercados, festas, feiras e romarias.

Pontos-chave:

- Definição de estratégia a partir de eventos e referências simbólicas.
- Definição de uma marca e lançamento de Marketing Territorial Estratégico para promover territorial.
- Agrupamento de elementos e atividades que transformem o território, permitindo uma divulgação integrada e a valorização da experiência de visita.

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España - Portugal



Paisactivo

Reconectando Aldeas y Paisajes Sostenibles

Reconectando Vilas e Paisagens Sustentáveis

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia Quintandona (<https://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/12/1Quintandona.pdf>)

Município de Kuartango (Álava-País Basco)

Aldeia Paradinha

Plataforma online da Região Centro de Portugal cultiva.pt

3.3. Liderança

Oportunidade / desafio

A liderança é um fator chave nas organizações e nos territórios. Pode ocorrer de diversas formas, ser mais individual ou coletiva e mais ou menos persistente. Dada a pequena dimensão de uma aldeia e o tempo que leva para promover a transformação territorial, considera-se que, em geral, é importante a existência de uma liderança coletiva, mas em que alguém seja visto como a força motriz da implementação de uma visão e de uma relação relativamente longa com a viagem no tempo.

Descrição

A inveja ou a apatia costumam ser características fortes em contexto rural. Além disso, uma certa distância dos locais de inovação evidencia a desconfiança no mundo exterior, o que dificulta a mudança.

Num mundo marcado por fortes dinâmicas de transformação, ficar “parado no tempo” significa quase sempre perda de vitalidade. Para reverter esse processo, a liderança é essencial.

Quintandona oferece um bom exemplo, quando um residente assumiu um compromisso com a aldeia e, com redes pessoais, o envolvimento da Câmara Municipal e o apoio de investimentos da UE, promoveu a transformação com o envolvimento dos moradores.

Talvez ainda mais notável seja o caso de Ostana, nos Alpes italianos, que estava praticamente despovoada há cerca de duas



décadas. Num esforço coletivo que cruzou os desejos de residentes e pessoas vindas de fora, a visão e a energia de um empresário e ex-morador foi fundamental. A aldeia está atualmente extraordinariamente equipada com infraestruturas e conhece um notável desenvolvimento, com um enfoque alternativo à turistificação. Existem crianças e uma diversidade considerável de atividades, já se percebendo o risco de gentrificação devido ao aumento da procura.

Pontos-chave:

- Existência de um líder.
- Construção confiança coletiva.
- Definição de uma visão aceite por uma grande maioria.
- Capacidade de gerir conflitos entre residentes e visitantes e/ou residentes a tempo inteiro e proprietários de segundas habitações ou terrenos.
- Construção um poder local dialogante, mas independente do poder eleito (freguesia/município/região).
- Garantia de continuidade no médio/ longo prazo.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia de Quintandona (<https://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/12/1Quintandona.pdf>)

Aldeia de Ostana

Município de Kuartango (Álava-País Basco)

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España - Portugal



Paisactivo

Reconectando Aldeas y Paisajes Sostenibles

Reconectando Vilas e Paisagens Sustentáveis

3.4. Redes de apoio

Oportunidade / desafio

Encontrar fontes de inspiração e compartilhamento de valores, desafios, dificuldades e objetivos.

Descrição

Estabelecer laços com comunidades que enfrentam desafios semelhantes pode fornecer uma estrutura para colaboração, criação de sinergias e encontros. Também pode ser uma referência para comunidades que não têm líderes, ou que não têm capacidade para se liderarem, como inspiração e apoio.

A articulação em rede permite, regra geral, alcançar maior capacidade de ação e enfrentar desafios maiores e mais complexos, trocar conhecimentos e experiências, ter maior visibilidade (dar a conhecer os seus projetos e produtos a um público mais vasto) e aumentar a sua oferta (pacotes turísticos, produtos de origem local mais diversificados) e ampliar mercados.

Estas redes podem ser de aldeias, mas também de grupos de pessoas com objetivos/preocupações semelhantes, e a forma de organização pode ser muito



diversificada, incluindo o modelo associativo tradicional ou o grupo em rede social, por exemplo.

Pontos-chave

- Identificação dos objetivos/princípios.
- Identificação das redes existentes cuja integração é potencialmente interessante.
- Ligação a organizações locais que ajudem a identificar os agentes com base num princípio/objetivo comum (com recurso a agência agrícolas, grupos de desenvolvimento rural, municípios, etc.).
- Participação em eventos e conferências, vinculados a objetivos interessantes, permitindo conhecer novas pessoas, promovendo a ampliação de contatos.

Casos de sucesso onde esta boa prática foi aplicada

Aldeia TALHADA com o projeto ALDEAR (<https://www.aldear.pt/>)

Rede de Aldeias Modelo (em projeto)

Município de Kuartango (Álava-País Basco): AñanaFEMprende

Projetos como SmartRural

Rede Ibérica de Ecoaldeias (RISADA)

Mundialmente Oportunidades sobre Orgânico Fazendas <https://woof.es/es/>

Lento comida (<https://www.slowfood.com/>)

Rede de Apoio ao Projeto RAIA para Inovação Rural' <https://raia-redeinnovarural.eu/>

Mulleres do Territorio En Red e (Associação de Desenvolvimento Rural Montes e Vales Orientais)

3. Aldeias exemplares

3.1. Norte de Portugal

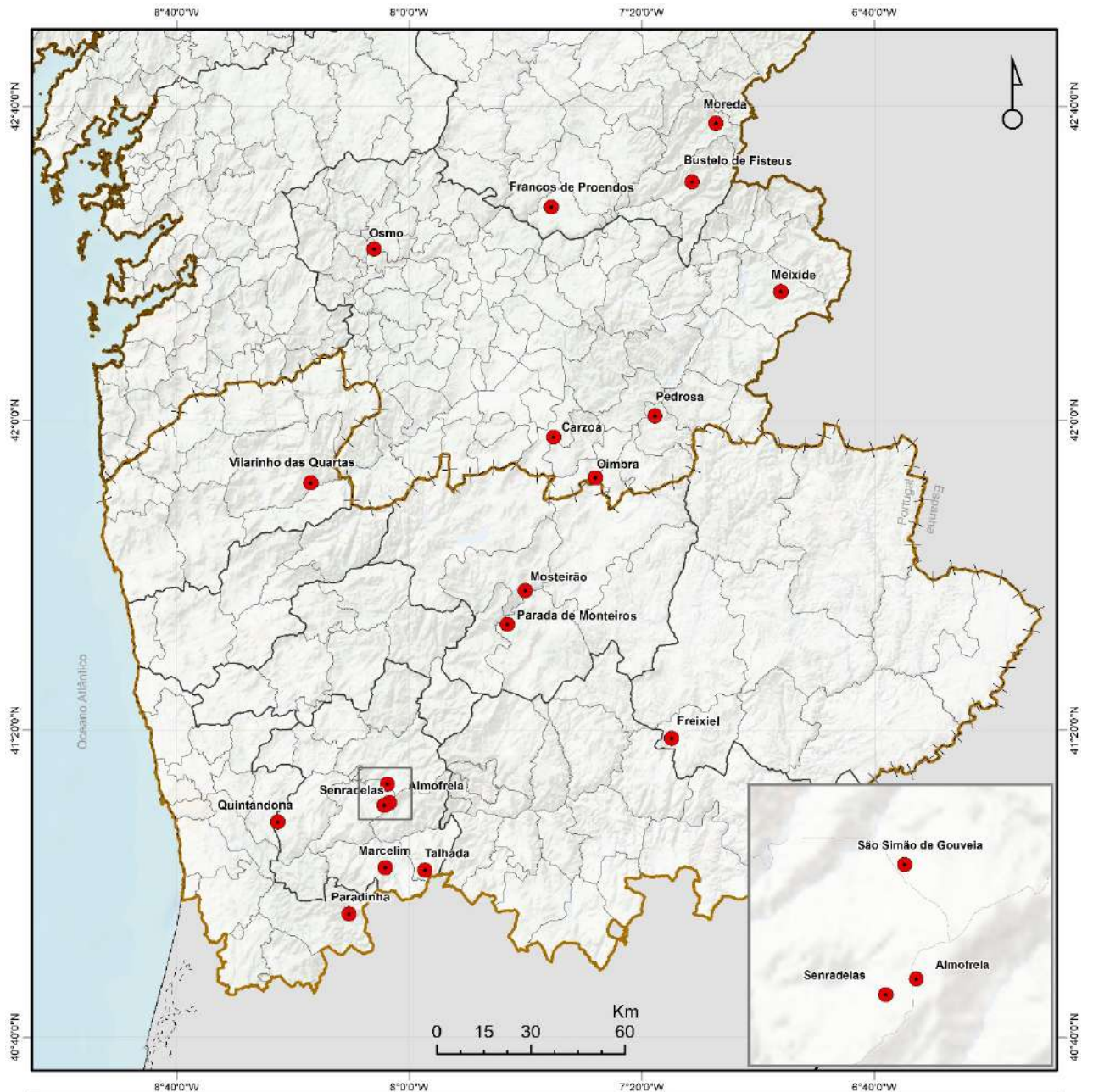
Neste capítulo compila-se casos exemplares identificados no Norte de Portugal e Galiza, considerando a gestão ativa do espaço rural. Identificam-se boas práticas. Se no capítulo anterior se viram as políticas, trata-se agora de identificar aldeias e, nelas uma (ou várias) das seguintes situações:

1. Abordagens inovadoras na valorização da capacidade produtiva, nomeadamente com superação das barreiras estruturais associada às pequenas propriedades.
2. Abordagens territorialmente abrangentes, em que se estabelecem relações de sinergia nas aldeias e entre os assentamentos da população e o seu ambiente a nível social e produtivo.
3. Abordagens de governança multinível e participativa.

Não se tratou de identificar casos exemplares nos três domínios, mas de práticas de sucesso numa ou mais delas e que lhes permitiu alcançar um nível de diferenciação, por exemplo no uso de terrenos abandonados, na recuperação de património imaterial, na gestão colaborativa/ou conjunta para reabilitar/revitalizar o património privado (edifícios, terrenos, etc.).

Tal como no capítulo anterior, o capítulo está estruturado em fichas, neste caso por aldeia. Faz-se uma separação entre as duas regiões: Norte de Portugal e Galiza e as aldeias aparecem por ordem alfabética. Os temas que organizam a ficha são idênticos, verificando-se que existe mais informação relativamente aos casos galegos, uma vez que para a Comunidade Autónoma da Galiza se aproveita a existência dos dados do projeto “Aldeias Modelo”.

O mapa da página seguinte representa a localização das aldeias selecionadas. Verifica-se uma boa distribuição geográfica, ainda que naturalmente a sua presença ocorra com maior intensidade nas áreas mais rurais, afastadas do litoral. Por outro lado, no caso português, procurou-se estudar um número mais elevados de situações na Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa, correspondendo ao legítimo interesse deste parceiro do projeto.



Casos de êxito

- Aldeia

Área de estudo

— NUT II - Galiza

— NUT II - Norte

Limites administrativos

— País

— Limite transfronteiriço

— NUT III

— Município

Freixiel

(Vila Flor)



Caraterização

A estrutura da propriedade está marcada por parcelamento em fundo do vale, o que permite um tamanho relativamente grande, mesmo no quadro do minifúndio.

Há ruas com casas completamente abandonadas. A freguesia (com o título de *vila*) passou de 947 habitantes em 1991 para 302 em 2021, mas, segundo o presidente da Junta, viviam cerca de 200 habitantes no momento da visita à vila.

As serras dos Folgares, Cabreira, Mós, Pessegueiro e Vieiro circundam a vila. Existem afloramentos graníticos, com património geomorfológico diversificado.

Verifica-se a presença de extensas vinhas, oliveiras e sobreiros. O pinheiro (*Pinus pinaster* Aiton) domina e está presente nas duas encostas que circundam a vila.

No património cultural destacam-se: pelourinho (bem de interesse público); forca; Igreja de Santa Maria Madalena, Igreja Matriz (Capela de Nossa Senhora do Rosário); o ateliê da pintora Graça Morais e fabricação artesanal de rendas, selas e alforjes.

É também de realçar a existência de testemunhos pré-históricos: forte, necrópole do Salgueiral, fonte e lagar romanos e ruínas de uma ponte medieval.

Há uma adega, como sala de provas de vinho do Douro e de vinho do Porto Caúinho, um centro cultural e um parque recreativo para crianças.

Os produtos regionais incluem azeite, cortiça, vinho e amêndoa.

A povoação encontra-se em geral bem conservada, com arquitetura de diferentes épocas e as infraestruturas estão em muito bom estado.

Existe um espaço dedicado às festas Nossa Senhora do Rosário com instalações sanitárias, música e bares.

A aldeia corresponde a uma freguesia, administrada por uma *Junta de Freguesia*. Há também a *Casa do Povo* e a *Santa Casa da Misericórdia da Madalena*.

Potencial de transferibilidade

Investimento na produção de produtos endógenos regionais, neste caso azeite, cortiça, vinho e amêndoa.

A promoção de produtos locais e figuras reconhecidas através da criação de espaços de degustação ou museus.



Há vários usos agrícolas em torno da aldeia, incluindo olival (em primeiro plano)



Mosaico agrícola; fonte romana e picota



Marcelim

(Cinfães)



Caraterização

Situada na Serra de Montemuro, a aldeia de Marcelim é constituída por habitações e dominado por campos agrícolas e floresta, com uma organização clara, em que o núcleo de povoamento está concentrado e rodeado por uma faixa agrícola e existe uma segunda faixa, florestal, relativamente fragmentada.

No património natural não há nada de relevante a assinalar, mas da aldeia pode ter-se uma panorâmica de grande amplitude, o que levou à construção recente de uma estrutura com função de miradouro.

No património cultural destacam-se: duas capelas (Capela de Nossa Senhora dos Milagres e Capela de São Lourenço, esta datada de 1788); uma quinta em granito, lavadouro pública e tanque de rega. Há um percurso/trilha (PR10 Marcelim) e a sede do grupo Rancho Folclórico de Marcelim.

Entre as obras recentes destaca-se o Observatório da Natureza de Marcelim. A degradação do centro urbano e das ruas contrasta com os edifícios públicos e religiosos bem conservados.

No domínio das infraestruturas, merece referência o facto da água do abastecimento público ser recolhida em mina e canalizada para a aldeia.

É interessante o registo que a população realiza coletas para solucionar alguns problemas do espaço comum.

Potencial de transferibilidade

A estrutura do Observatório da Natureza de Marcelim pode ser adaptada a outros locais estratégicos para observação da paisagem.

A governação comunitária é ativa na resolução de problemas nos espaços públicos através de arrecadações ou intervenção populacional.

A mancha florestal de espécies nativas é uma barreira de prevenção de incêndios, embora o manejo do matagal ao redor do núcleo seja deficiente e deva ser melhorado.



Campos agrícolas em socalco, com a Serra de Montemuro em pano de fundo; Observatório da Natureza de Marcelim; Capela de S. Lourenço e casas abandonadas em estado de ruína.



Mosteirão

(Boticas)



Caraterização

A estrutura da propriedade é marcada pelo minifúndio orientado para a produção familiar, em encostas de elevado declivo e solos de reduzida profundidade.

O povoamento está estruturado em dois núcleos, sendo o núcleo de menor altitude o mais antigo. A separação é feita pela autoestrada M535, existindo entre ambos uma cintura de sobreiros, que se destacam enquanto património natural, a par de algumas amoreiras.

No património cultural é de realçar a presença de moinhos e levadas, todavia em mau estado, bases de espigueiro e um forno comunitário.

As infraestruturas e os edifícios públicos encontram-se bom estado.

No domínio da governança, salienta-se o Conselho de gestão de terrenos baldios do Mosteirão, sediado na antiga escola primária, que fiscaliza a gestão dos terrenos baldios. A plantação dominante da área de baldio é o pinheiro, verificando-se descontinuidade no povoamento.

Potencial de transferibilidade

É de realçar a plantação de uma faixa de espécies florestais autóctones entre núcleos de povoamento ou a manutenção e a gestão de áreas florestais através da Associação de Baldios.



Imagens da aldeia de Mosteirão, vendo-se (de cima para baixo): intervenções recentes no espaço público, local de criação de pôneis e uma perspetiva geral.

Parada de Monteiros

(Vila Pouca de Aguiar)



Caraterização

A aldeia de Parada de Monteiros deriva de uma antiga freguesia.

As casas são construídas na encosta da montanha, num conjunto de povoamento concentrado.

As áreas agrícolas estão localizadas na área menos declivosa, junto à aldeia. Estão estruturadas em propriedades relativamente grandes, ainda que fragmentadas e dispostas em pequenos terraços.

Na agricultura predomina a produção de milho, vinha e batata. A floresta, aproximando-se dos edifícios, é composta por eucaliptos (*Eucalyptus globulus*).

No património cultural destacam-se os relógios de sol, os espigueiros (também conhecidos como cestos), a Capela de Nossa Senhora Auxiliadora, a Igreja de S. Pedro e a Capela de Nossa Senhora das Aflições. Durante os meses de julho e agosto realiza-se o Festival do Emigrante.

O projeto “Experiência Viva”, com alojamento local em casas de arquitetura tradicional pretende divulgar Parada de Monteiros e motivar os turistas a desligarem-se da tecnologia por um tempo, para vivenciar a natureza e o ambiente rural ao mais alto nível e reviver muitos dos valores de tradições já um pouco perdidas no tempo.” Vende-se uma aldeia despovoada – a imagem predominante são as placas de agentes imobiliários.

As capelas e os espaços públicos, bem como a sede da Junta de Freguesia e os lavadouros públicos, encontram-se em bom estado de conservação. As ruas estreitas estão bem conservadas. Existe gestão de água para irrigação, com pequenas comportas de desvio.

Na aldeia situa-se a sede da União de Freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros.

Potencial de transferibilidade

É de realçar o programa de promoção do alojamento local em casas de arquitetura vernacular, com o objetivo de associar o bem-estar e a tranquilidade à disrupção das redes sociais e dos meios tecnológicos - programa VivExperiência.



A rua entre as casas e os terrenos agrícolas, com a vinha em primeiro plano.



O espigueiro e a eira são elementos essenciais da imagem tradicional da produção de milho.



Percurso rural entre carvalhos e vinha.

Paradinha

(Arouca)



Caraterização

A aldeia de Paradinha está classificada como Aldeia de Portugal e insere-se no Arouca GeoPark. Fica, junto às margens do Rio Paiva e é constituída por um núcleo antigo e preservado e por um complexo hoteleiro de arquitetura moderna.

O espaço encontra-se totalmente vocacionada para o turismo de bem-estar e lazer, onde as propriedades, de estrutura fragmentada, não têm qualquer utilização agrícola, mas apenas florestal. Existe o cuidado de descontinuar o material combustível com a existência de uma faixa de 50 m.

A aldeia de Paradinha situa-se a baixa altitude numa área montanhosa, na margem do rio Paiva, onde se forma um depósito sedimentar que alimenta uma praia fluvial.

Os elementos paisagísticos que constituem o património geomorfológico da Serra de Arouca são identificados com recursos de xisto, que é a rocha predominante. Existe também uma grande biodiversidade, designadamente no âmbito da avifauna.

A conservação da traça original das casas da Serra de Arouca, com predominância da aldeia de xisto e ardósia no telhado, constitui algo próximo de um museu “ao ar livre” e reveste-se de

algum valor cultural. Existe também uma fábrica de velas em cera (Casa do Cerireiro), espigueiros e uma capela.

A aldeia encontra-se muito bem conservada, com excelente manutenção de infraestruturas

O plano de implementação do Condomínio Aldeia inclui a intervenção em mosaicos florestais com plantação de árvores de fruto e manutenção de vegetação nativa. Em relação à fauna, o plano anuncia o incentivo ao pastoreio e à instalação de ovinos.

Potencial de transferibilidade

A divulgação e promoção do património cultural e natural através de placas de identificação permite aos visitantes aproximarem-se das características locais. A introdução de espécies vegetais e frutíferas nativas, ou a introdução de gado para evitar o acúmulo de combustível é uma prática replicável.



Prédios e espaços abandonados; piscina de alojamento turístico (à esquerda) e casa recuperada e convertida para alojamento turístico (abaixo).



São Simão de Gouveia

(Amarante)



Caraterização

São Simão de Gouveia, com 569 habitantes (2021), situa-se numa das encostas da Serra da Aboboreira. A freguesia é composta pelos lugares de Aldeia Velha, Casal, Infesta e São Simão.

A existência de baixios na encosta permite o desenvolvimento de espaços agrícolas e assentamentos humanos.

Na floresta predomina o *Eucalyptus globulus*.

Nos aspetos mais relevantes da natureza destacam-se as linhas de água e abundância de cascatas.

No património cultural inscrevem-se os moinhos de água (abandonado, a Igreja Paroquial e o Centro Cultural e Recreativo de Gouveia S.Simão.

Algumas fontes mencionam atividades tradicionais, como fiação, tecelagem, cestaria e tanoaria.

A rede rodoviária, os equipamentos e as infraestruturas em geral estão em bom estado, ainda que no lugar do Casal as ruas sejam estreitas e não estejam pavimentadas. Existe um parque de lazer e recreação com equipamentos recreativos e desportivos.

A vila é sede da Junta de Freguesia de S. Simão de Gouveia. Adicionalmente, existe o Centro Cultural e Recreativo Gouveia S. Simão que promove atividades culturais e acolhe um grupo folclórico.

Potencial de transferibilidade

A existência de equipamentos como o centro cultural e um grupo folclórico são aspetos a valorizar em outras aldeias.



Aldeia nas encostas da Serra de Aboboreira, com campos entre manchas de eucalipto.



A vegetação que envolve as casas, com terrenos agrícolas, casas e arbustos.



Aspecto do uso agrícola.

Senradelas

(Marco de Canaveses)



Caraterização

Senradelas caracteriza-se pelo povoamento concentrado, composto por casas onde se combina arquitetura vernácula com o eclético contemporâneo.

As áreas agrícolas adjacentes às casas são constituídas por pequenas parcelas de terreno dispostas em grandes socalcos.

Na vegetação sobressai o nível arbustivo, maioritariamente composto por urzes, que margeiam a aldeia a poente e a norte, onde afloramentos rochosos e grandes penedos elevados marcam a paisagem. Existem também alguns carvalhais residuais dispersos e uma pequena plantação de pinheiro manso.

Há avifauna nativa, como a poupa (*Upupa epops*) e pecuária, com destaque para a criação de ovinos.

O património cultural não é relevante e o existente está em ruínas. É constituído por alguns espigueiros e casas em granito, junto a edifícios recentes.

Há duas estradas que comunicam com a aldeia o exterior, uma delas de terra batida no sentido de Almofrela; a outra, em calçada portuguesa, liga-se a diversas localidades através da variante N321-1. Existe uma unidade de alojamento local com piscina.

Potencial de transferabilidade

Esta aldeia é vizinha de Almofrela (aldeia piloto deste projeto), pelo que se associa aos efeitos conjuntos.



Terra agrícola em pousio junto à aldeia (acima) e abrigo e espigueiro em ruínas (abaixo)



Talhada

(Resende)



Caraterização

Pequena aldeia com um núcleo muito concentrado, de ruas estreitas, propícias apenas para caminhadas.

As propriedades agrícolas são muito fragmentadas: junto às casas existem pequenas hortas familiares, ladeadas por muros de granito; a oeste e noroeste existem pequenas áreas agrícolas e de pastagem.

Numa área aplanada situada a cerca de 1230 m de altitude, a aldeia está rodeada de giestas e urzes e possui um curso de água ladeado por freixos.

A ovinocultura predomina na pecuária e a apicultura também está presente.

Existe uma igreja e uma capela (de Nossa Senhora da Visitação), bem como um coreto para festas, que se encontram muito bem conservados. Uma antiga escola primária foi convertida em “casa de cidade” e refeitório, de uso aberto à população.

Através da Associação Sociocultural e Desportiva de Talhada e da CIM do Tâmega e Sousa, os visitantes podem usufruir de um projeto de promoção e diversificação da aldeia, o “ALDEAR”. Neste âmbito, em Talhada (Resende) e Bustelo (Paços de Ferreira) foram desenvolvidos percursos (neste caso The Walk#3), nos quais se propõe uma reflexão sobre o conceito de Antropoceno e a ideia de extinção, explorando paisagens naturais a partir de uma experiência sensorial e imersiva que tenta levar o espectador numa viagem única e pessoal, com experiências sonoras, visuais e textuais.

Perto dali, um marco a visitar é a aldeia de Panchorra, com as suas casas de granito, algumas com telhados de colmo e uma ponte românica de notável inserção paisagística.

As infra-estruturas têm algumas características vernáculas, razão pela qual se deterioraram por falta de manutenção, tal como as habitações. A aldeia dispõe de saneamento, água, electricidade, fibra óptica e serviços municipais de resíduos sólidos.

É de registar a existência da Associação Sociocultural e Desportiva de Talhada.

Potencial de transferabilidade

“ The Walk#3 – Aldear ” é uma colaboração artística entre os criadores da Estrutura (Cátia Pinheiro e José Nunes) e o *sound designer* Vasco Rodrigues. É um projeto transdisciplinar que cruza os domínios do som e da escrita, e consiste na criação de dois percursos com áudio específico.

Transformação de um espaço (por exemplo escola primária) em “Casa do Povo”.



Criação de gado ovino.



Horta de agricultura familiar.

Vilarinho das Quartas

(Arcos de Valdevez)



Caraterização

A aldeia de Vilarinho das Quartas situa-se na freguesia de Soajo, em Arcos de Valdevez. As propriedades são bastante fragmentadas, devido ao declive e aos afloramentos rochosos. As construções são predominantemente construídas em granito, geralmente rodeadas por pequenos jardins familiares.

Os socalcos dominam a paisagem e as propriedades agrícolas são de boa dimensão, com muros de granito na sua divisão. Na envolvente predomina o pinheiro bravo, existindo também prados giestas e urzes. A maior altitude a paisagem é dominada por afloramentos graníticos e blocos elevados.

A aldeia está inserida no Parque Nacional da Peneda-Gerês, designado Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO.

O pinhal (*Pinus Aiton pinaster*) é a floresta predominante e está especialmente presente a norte da aldeia. Estão a ser plantadas algumas árvores de produção, como nogueiras e castanheiros.

Verifica-se o abandono de algumas áreas agrícolas, mas também plantação de vinha (no limite das propriedades agrícolas) e outras culturas. A pecuária é comum, principalmente para a produção de carne bovina Cachena .

O Rancho Folclórico Vilarinho das Quartas tem grande reconhecimento e projeção. Ainda na dimensão cultural, há um local religioso de destaque, a Capela de Nossa Senhora da Guia. A nível recreativo, existe a Associação Cultural e Desportiva dos Amigos de Vilarinho das Quartas, que dispõe ainda de um espaço que funciona também como bar da aldeia.

Os edifícios públicos e religiosos estão bem preservados. A infra-estrutura de abastecimento de água chega a toda a população e a rede rodoviária encontra-se na sua maioria em bom estado.

A aldeia é gerida pela Junta de Freguesia do Soajo. A organização dos eventos está a cargo da ARDAL – Associação Regional para o Desenvolvimento do Alto Lima, em aliança com a Soajo Ar livre Festa. Na freguesia existe uma comissão de gestão de terrenos baldios, a Assembleia de Accionistas dos Baldíos de Soajo.

Potencial de transferabilidade

Esta localidade, a pedido do Condomínio Aldeia, apresentou um projeto de intervenção em 5ha de mato com o objetivo de os transformar em zonas de pastagem para introdução da raça cachena (bovino de carne) e aquisição de outros animais de raças autóctones (dois burros) para na sua alimentação contribuírem para a redução ad carga de combustível.



Três aspetos da aldeia de Vilarinho das Quartas, percebendo-se a relação íntima entre a agricultura e as construções, com presença intensa de vinha, sinais de abanono e largas manchas de pinheiro bravo.

Quintandona

(Penafiel)



Caraterização

A aldeia de Quintandona situa-se em Lagares, Penafiel, em Portugal, muito perto da cidade do Porto.

A revitalização de Quintandona, na freguesia de Lagares, começou em 2005, após candidatura em 2003 a um projeto de recuperação patrimonial do programa LEADER II – AGRIS, Medida 7.1 (QREN), num consórcio formado pela ADER-SOUSA, a Câmara Municipal de Penafiel, a Junta de Freguesia de Lagares, a Associação para o Desenvolvimento de Lagares e um grupo de residentes. O projeto foi aprovado e foram intervencionados 25 edifícios privados (coberturas, fachadas e fechamentos) com um apoio de 50% do investimento realizado pelos proprietários. Houve também intervenção no espaço público: ruas, iluminação, muros... A execução foi prorrogada até 2008, período em que também receberam ajuda do IC LEADER+.

Durante este período, os esforços foram direcionados para a ampla reabilitação da aldeia: restauro e reconstrução de edifícios e espaço público, valorização da paisagem e da cultura local, com objetivos que hoje já foram alcançados:

- Promoção de tradições
- Aumento da autoestima
- Reforço da identidade
- Melhoria na qualidade de vida
- Preservação do património
- Criação de emprego

Quintandona possui casas de xisto com telhados de ardósia e telha, encontrando-se rodeada de propriedades agrícolas de dimensões consideráveis.

A existência de espaços para feiras, festas e festivais permite que a aldeia seja multifuncional, ocupada pela produção, venda, eventos e turismo. A produção agrícola concentra-se principalmente no milho e na vinha e a floresta é dominada pelo *eucalipto globulus*, existindo também uma floresta residual de carvalhos, junto a um curso de água sem poluição aparente.

A aldeia possui vários elementos de património arquitetónicos ligados ao mundo rural, como lavadouro público, chafariz, cisterna, chafariz e uma capela privada. Com o centro de interpretação, o espaço de festas, o WineBar Casa da Viúva, o bar Pirata e o centro pedagógico agrícola e de restauração, o vernáculo conjuga-se com os movimentos culturais e gastronómicos contemporâneos. A Feira de Artesanato e Gastronomia e a Feira dos Caldos, com o Projeto PARTO (Penafiel Artes e Ofícios), complementam a agenda cultural da vila.

Em torno da aldeia existem espaços de estacionamento que retiram os veículos das ruas do interior da aldeia. A conservação das casas e ruas é visto como um sucesso por residentes e visitantes, valorizando o xisto.

A entidade promotora da é a organização CASAXINÉ, responsável pela promoção das atividades de animação.

Potencial de transferabilidade

Destaca-se como ponto forte a combinação do investimento público e privado com o envolvimento da população nas intervenções de conservação e reabilitação da aldeia, ponto de partida para a consolidação da comunidade. Esta base tem possibilitado uma valorização turística, cultural e paisagística que, aos poucos, parece arrastar também a envolvente, promovendo outras atividades como a agricultura biológica e canais de comercialização curtos e com peso económico em crescimento.

As Festas do Caldo, o Centro de Interpretação e o Projecto de Artes e Ofícios PARTO podem ser iniciativas a replicar noutros locais.

A conservação da vila e a existência de espaços gastronómicos permitem-lhe atrair visitantes. A venda de produtos através de feiras e do espaço de feiras é uma atividade recorrente que promove a promoção das atividades agrícolas.

A existência de uma associação promotora de eventos, como a CASAXINÉ, pode ser pensada noutros locais.



Centro interpretativo, com uma sala de promoção e venda de produtos locais, onde também estão expostas peças relacionadas com a história de Quintandona.



Aspetos da reabilitação do edificado e espaço público



A rua principal e o assentamento rural preservado com paredes de ardósia e telhados de ardósia e telha.

Aldeias exemplares

3.2. Galiza

Bustelo de Fisteus

(Quiroga)



Foto de AGADER

Caraterización

Na área de actuación do projeto Aldeia Modelo, 28% da superficie presenta inclinación superior a 50%. A altitude varia de aproximadamente 570 a 760 metros. A orientación maioritaria é sul e oeste.

A população em 2023, segundo o INE, era de 7 habitantes (6 homens e 1 mulher).

Aproximadamente 90% dos lotes têm uma superfície inferior a 1000m² e 25% têm uma superfície inferior a 100m², verificando-se que 65% pertencem a um único proprietário.

A localidade faz parte da Reserva da Biosfera da Ribeira Sacra e Serras do Oribio e Courel, o que justifica a presença de um miradouro, com vista para os desfiladeiros dos rios Sil e Quiroga.

Os elementos catalogados do património cultural encontram-se no interior do núcleo rural: uma igreja, duas casas com corredor e uma lavandaria.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia modelo foi declarada. Outra das ações é o condicionamento dos terrenos, com fecho perimetral, instalação de “quartos” de pinho, comedouros, bebedouros, pastor elétrico solar e painéis solares, bem como manga de gestão, num investimento total de 157 mil euros.

Está também em curso um projeto de melhoria e ampliação do sistema de saneamento no valor de 37.374,64€.

Maioritariamente, a terra é usada para pastagens arbustivas (41,56%), seguidas de outras pastagens (25,15%), de acordo com o SIGPAC. As atividades propostas dividem-se em: exploração pecuária extensiva para a zona mais florestada, culturas hortícolas tradicionais, recuperação das nogueiras, castanheiros e outras árvores de fruto existentes, e plantação de castanheiros.

Paralelamente à declaração de aldeia modelo, a empresa Imprenta Medios decidiu mudar a sua sede de Vigo para Bustelo, inaugurada em 2024.

Potencial de transferibilidade

O projeto de aldeia modelo por si só não tem contribuído para a diversificação de usos, mas tem complementado outras atividades que já estavam a ser realizadas, para tentar aumentar os efeitos no território envolvente. Nesse sentido, a introdução da carne de porco celta complementa outras atividades menores, como horta e árvores de fruto.

Por se tratar de um terreno com grande declive, a introdução de suínos pode provocar elevada erosão. Por isso, a rotação é fundamental para que esta atividade não se torne negativa. É claro que os suínos têm se mostrado um grande aliado no controle da biomassa. A iniciativa é recente, restando saber se é possível limitar a utilização de recursos externos, caso não baste a produção de castanhas e bolotas na envolvimento da aldeia.

Os moradores (parte fundamental para o sucesso da iniciativa), a administração local e a administração regional estiveram envolvidos nesta iniciativa. A administração assumiu boa parte dos custos de início da produção e os privados assumiram a compra dos animais e os bens necessários ao início da atividade. A percentagem de parcelas envolvidas sobre o total de atinge 97%.

A infraestrutura de saneamento foi melhorada e foram tidos em conta os elementos patrimoniais identificados de forma a preservá-los.

Recursos necessários: São identificados três eixos fundamentais:

- Colaboração da população local: tanto para disponibilizar os seus terrenos como para realizar uma nova iniciativa.
- Colaboração dos proprietários de terras.
- Investimento público: desde a clarificação patrimonial, limpeza, elaboração de projetos, até à execução das obras.

Carzoá

(Qualedro)



Foto de AGADER

Caraterización

Na área de actuación do projeto Aldeia Modelo, 68% da superficie presenta inclinación inferior a 5% e a altitude varia de 780 a 915 metros. Dos 53,68 hectares delimitados, cerca de 82 parcelas, totalizando 8,42 hectares (15,69%) non aderiram á iniciativa e pouco máis de 27 parcelas totalizando 2,32 hectares son “inlocáveis” (4,3%).

Aproximadamente 60% dos lotes teñen unha superficie inferior a 1000m² e 104 deles (fora do núcleo) presentan unha superficie inferior a 20m². 90% pertencen a un único propietario, con unha media de 1,8 lotes por persoa.

Están clasificados o forte de *A Cidá*, un reservatorio para rega (en pedra), un forno comunitario, unha fonte e lavadoiro e un conxunto de dúas casas e outras construcións.

Na implementación do projeto promoveu-se a creación, melloría e ampliación de servizos básicos, incluíndo iluminación. O valor do auxilio foi de 97.939,71 euros. Fez-se a pavimentación de accesos no valor de 50.052€ (cofinanciado con FEADER 60%, MAPA 12% e Xunta de Galicia (28%).

O uso da terra é florestal (4,4%), árbores frutíferas (0,93%), nogueiras (0,28%), improdutivo (1,67%), pastagens (13,53%), pastagens arbustivas (33,53%), pastagens con árbores (2,69%), terras aráveis (33,28%) e outros usos (9,69%). A actividade proposta como actividade principal no foi o uso hortícola e pecuario acompañado de un uso secundario lenhoso con árbores frutíferas. A actividade produtiva vencedora, e xa en implantación, é unha pecuaria de corte con plantacións complementares.

Antes de iniciar o proceso de declaración da aldea, xa había sido realizada unha concentración fundiaria (data de finalización do acordo 17/11/2004).

Potencial de transferibilidade

Em algumas ocasiões, o investimento e os apoios públicos não dão os resultados esperados, em termos de adesão das maiorias às iniciativas. Neste caso, a aplicação da legislação (mantendo as parcelas limpas e de acordo com os planos de produção) contribuirá para o uso agrícola das parcelas, quer com gestão própria, quer transferindo-as para gestão por terceiros.

Francos de Proendos

(Sóbrio)



Foto de AGADER

Caraterização

Na área de atuação, 50% da superfície está voltada para norte, 72% da superfície tem inclinação inferior a 2% e a altitude situa-se entre 436 e 475 metros. Cerca de 34 pessoas vivem na aldeia durante o ano segundo dados do INE.

Dos 12,87ha delimitados, 2 parcelas (0,14ha) não aderiram à iniciativa e 20 são parcelas “desconhecidas” (1,84ha).

Mais de 80% dos lotes têm um único proprietário, com uma média de 1,7% dos lotes e uma superfície média por proprietário de 1838m².

A aldeia está incluída na Reserva da Biosfera “Ribeira Sacra e Serras do Oríbio e Courel”, bem como na área afetada pelo lobo e pela tartaruga comum.

De acordo com o Plano Básico Autónomo, na área de ação localiza-se o elemento arqueológico GA27059006 (Castro de Francos). Sóbrio pertence à área vitivinícola com Denominação de Origem Ribeira Sacra.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia modelo foi declarada. Posteriormente, foi realizado um encerramento perimetral, um sistema de abastecimento de água e criadas diversas instalações auxiliares. O investimento ascendeu a 132.205,18 euros.

Outra das ações foram as melhorias no núcleo, com o objetivo principal de regenerar o pavimento com pedras e substituir as luminárias existentes por luminárias do tipo LED. O valor do auxílio foi de 90.806 euros.

As terras que serão recuperadas no município através desta iniciativa serão dedicadas principalmente à pecuária extensiva e horticultura. Como atividade secundária propõe-se a plantação de árvores de fruto e culturas agrícolas.

O sucesso das parcelas aderentes é um sintoma de coesão entre os proprietários, com potencial de abertura a outras iniciativas conjuntas.

Potencial de transferibilidade

As infraestruturas comuns da aldeia estão a ser melhoradas e foi gerado um clima de colaboração propício a alternativas de melhoria conjunta para a aldeia.

Meixide

(A Veiga)



Foto de AGADER

Caraterização

Na área de atuação, 44% da superfície apresenta inclinação inferior a 5% e 23% está entre 5% e 10%. A altitude varia de aproximadamente 1.000 a 1.300 metros. Predomina a orientação Norte e Leste.

Dos 71,25ha delimitados, cerca de 526 parcelas, totalizando 59,5 ha (83,83%), não aderiram à iniciativa, e 12%, totalizando 8,5ha, são “inlocáveis”.

A população em 2023 era de 6 habitantes (2 homens e 4 mulheres).

Mais de 65 % dos lotes têm área inferior a 1000m² e 67% dos lotes têm um único proprietário. A superfície média por proprietário é de 848m² e o número de parcelas é de 4,36 por pessoa.

No património cultural destaca-se uma casa com tear, duas com inscrições, a igreja paroquial e a sua via sacra e dois conjuntos de edifícios.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia modelo foi declarada.

Foram realizados fechamentos perimetrais, pastores elétricos, abrigos para gado, comedouros, bebedouros e condicionamento de estradas.

A praça pública e a sua envolvente foram reabilitadas com granito, os pavimentos dos espaços comuns foram renovados com faixas de betão e calçada portuguesa no seu perímetro, num investimento de 149.762,17€ (no âmbito da ajuda a serviços básicos locais em aldeias modelo e polígonos agroflorestais)

O uso da terra é florestal (16,7%), preparo do solo (8,46%), mato (54%), pastagem (14,86%), misto (0,77%) e outros usos (5,22%). A atividade que foi proposta como principal no guia de gestão produtiva para recuperação de terras foi a exploração pecuária extensiva acompanhada

de uma utilização secundária da castanha para a produção de fruta e a apicultura como atividade complementar.

A atividade produtiva vencedora, e já implementada, é uma exploração extensiva de carne bovina (com vacas da raça Vianesa), com uma segunda atividade de cultivo de castanha para frutificação.

A Veiga é um concelho dinâmico, prova disso é a aposta na melhoria do ambiente paisagístico dos núcleos populacionais, através do Programa de reabilitação habitacional de A Veiga. Uma iniciativa desenhada para as áreas de atuação de Ambientes Residenciais de Reabilitação Programada (ERRP), e mais especificamente em três ERRP Aldeas de Montaña, Aldeas Riberiñas do Río Xares e Aldeas Rede Natura 2000. Estas ajudas visam credenciar a eficiência energética em um único e a sua validade é semestral. Os proprietários podem optar por apoios em valores entre 14.500 e 21.400 euros, variáveis dependendo da poupança energética no âmbito do Programa Recuperação, Transformação e Resiliência, que financia a União Europeia-NextGenerationEU, o Ministério dos Transportes, a Xunta e a Câmara Municipal. Existe ainda o Programa Revivenda está focado na reativação da economia rural e na reabilitação, arrendamento e melhoria do acesso à habitação no concelho.

É possível mobilizar apoios aos trabalhadores independentes e para promoção da e há programas de recuperação de castanheiros, bem como a outras atividades de promoção dos produtos locais, ao mesmo tempo que se trabalha na diversificação do turismo focado na valorização do território.

Potencial de transferabilidade

A aldeia modelo vem contribuir para uma estratégia mais global do município Aborda a sua revitalização em diversas áreas: acesso à habitação, promoção do trabalho independente, diversificação do turismo e recuperação de terrenos subutilizados.

- Recursos necessários
 - Ajuda pública (europeia, estadual e regional)
 - Reorientação do investimento público municipal, com o município a atuar como motor e mediador entre proprietários e empreendedores.
 - Colaboração de proprietários e empresários.

Moreda

(Courel)



Foto de AGADER

Caraterización

Na área de actuación, quase inteiramente voltada a sul, 65% da superfície apresenta declive superior a 50%, e 24% da superfície encontra-se entre 35 - 50% de declive. A altitude varia de 700 a quase 1000 metros.

Cerca de 20 pessoas vivem na aldeia durante o ano, duplicando no verão.

Dos 38,86 hectares delimitados, 8 parcelas (1,52 hectares) não aderiram à iniciativa Aldeia Modelo e duas são parcelas “desconhecidas” (0,15 hectares).

79% da área de atuação é constituída por lotes pertencentes ao MVMC de Regueira e Cabana. O resto da superfície está distribuída com valores em torno de 3000m² por proprietário.

A aldeia integra vários espaços naturais, nomeadamente a Micro Reserva de Orquídeas do Monte do Cido (no perímetro da aldeia), a ZEPVN Ancares- Courel, a ZEC Ancares- Courel e/ou a zona de especial interesse paisagístico de O Courel.

De acordo com o Plano Básico Autónomo, na área de atuação existe o elemento arqueológico GA27017027 (Monte Cido ou Torre Cabreira), também a Capela Moreda.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia modelo foi declarada.

Posteriormente foi realizado o encerramento perimetral, instalado o sistema de abastecimento de água e colocadas diversas instalações auxiliares, com acondicionamento de paredes tradicionais. O investimento ascendeu a cerca de 122 mil euros.

Outra ação foi a “Pavimentação da estrada na aldeia modelo de Moreda” para viabilizar o acesso a uma área da aldeia modelo, permitindo o bom funcionamento das atividades agrícolas através da regeneração do pavimento rodoviário. O valor da ajuda foi de 20.437,20 euros. Foi também realizada a renovação da rede de abastecimento de água potável, com um valor de execução aproximado de 58 mil euros, para substituição de tubagens de condução e instalação de 41 ligações domiciliárias.

O principal uso nos terrenos é a silvicultura (principalmente madeiras de árvores decíduas nativas), seguida de pastagem. Nas últimas décadas, verificou-se um abandono parcial. A atividade que foi proposta como principal no guia de gestão produtiva para recuperação destas terras foi a exploração pecuária extensiva e a secundária a gestão de castanheiros e oliveiras para fruta, mantendo-se os maciços florestais consolidados e os pomares e árvores de fruto.

A atividade produtiva vencedora, e já implementada, é uma extensa quinta dedicada à criação de porcos celtas biológicos, que se situa num bosque de azinheiras, onde a gestão com gado não era viável para os vizinhos.

Antes do início do processo de declaração de aldeia, os moradores já tentavam recuperar o seu território aliando-se a diferentes instituições, alguns exemplos são:

- A Associação Galega de Custódia do Território assinou em 2015 (por 15 anos) um acordo para a gestão da Micro Reserva de Orquídeas Monte Cido.
- Colocação de vacas serranas asturianas, com o intuito de travar o avanço do abandono e controlar as ervas daninhas, cujo total atual ronda as 60 cabeças.
- Em 2018, acompanhados pela Xunta da Galiza, os moradores envolveram-se numa iniciativa de recuperação e valorização dos seus castanheiros tradicionais (desmatamento, condicionamento de estradas, etc.).

Potencial de transferibilidade

A classificação como aldeia modelo por si só não tem contribuído excessivamente para a diversificação de usos, mas tem complementado outras atividades que já estavam a ser realizadas na aldeia. A introdução da carne suína complementa a produção de castanha, carne bovina e outras atividades menores (horta, árvores frutíferas), bem como a guarda do território para preservação de orquídeas.

Por se tratar de um terreno com grande declive, a introdução de suínos pode provocar elevada erosão se a sua gestão não for adequada, por isso a rotação é fundamental para que esta atividade não se torne negativa. Os suínos têm sido importantes no controle da biomassa. A iniciativa é recente, restando saber se é possível limitar a utilização de recursos externos, aproveitando castanhas e bolotas na zona próxima da aldeia.

Os moradores (essenciais para o sucesso da iniciativa), a administração local e a administração regional estiveram envolvidos na iniciativa. A administração assumiu boa parte dos custos de início da produção (fechamentos, cabines de gado, comedouros, etc.) e os privados assumiram a compra dos animais e bens necessários ao início da atividade. A percentagem de parcelas envolvidas sobre o total de parcelas atinge um índice elevado, superior a 80%.

As infraestruturas de acesso foram melhoradas com a pavimentação de uma estrada e a rede de abastecimento de água foi renovada.

Nos trabalhos de acondicionamento foram tidos em conta os elementos patrimoniais, de forma a preservá-los.

- Recursos necessários: São identificados três elementos fundamentais:
 - Colaboração da população local, tanto para disponibilizar os seus terrenos, como para realizar uma nova iniciativa.
 - Colaboração dos proprietários de terras.
 - Investimento público para clarificação do propriedade, limpeza, elaboração de projetos e execução das obras.

Propriedade agroflorestal Oimbra

(Oimbra)

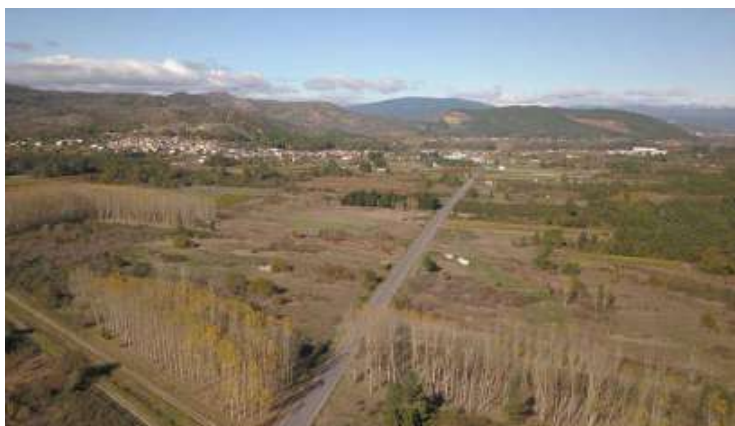


Foto de AGADER

Caraterização

A área de atuação é plana, predominantemente com declive inferior a 5%. A altitude varia de 367 a 377 metros e os solos são de boa qualidade produtiva.

Dos 73 proprietários, 65 assinaram o compromisso de apoio ao projeto, 6 se opuseram e 2 não foram rastreados.

A estrutura patrimonial é marcada pelo facto de 93% dos lotes terem um único proprietário. Na área do polígono já havia sido realizada uma concentração fundiária (DOG 12/01/1970) com entrega de títulos em 12/04/1982, em processo que contou com 504 proprietários e onde o número de lotes passou de 2.407 para 597.

De acordo com o Plano Básico Autónomo e o Plano Geral de Ordenamento Municipal, não estão incluídos na área de atuação quaisquer elementos patrimoniais e não há nada de relevante a registar no plano do património natural.

Foi realizada limpeza e reestruturação do imóvel distribuído em 6 lotes, sendo 5 para venda e um para aluguer.

Outra das ações foi a renovação das instalações sociais de San Cibrao, com ajuda no valor de cerca de 48.000 euros.

17% da área é ocupada por vegetação arbustiva, 69% por terra arável, 6% por floresta e 7% por outros. A atividade que foi proposta como principal para recuperação destas terras são as culturas agrícolas de ciclo curto e a pecuária extensiva; como atividade secundária, o plantio de árvores frutíferas e a pecuária extensiva.

O apoio e compromisso com a iniciativa são um sinal de compromisso social com a transformação territorial e a recuperação das atividades ligadas ao setor agrícola. Também poderiam ser a semente para outras iniciativas

Potencial de transferibilidade

A AGADER (Agência Galega de Desenvolvimento Rural) tem realizado uma intervenção direta na gestão, com o objetivo de facilitar o acesso à terra às pessoas que queiram implementar a atividade produtiva (agrícola e/ou pecuária), através de arrendamento ou compra.

Paralelamente, foi efetuada uma caracterização técnico-agronómica para verificar a sua aptidão para a atividade agrícola, a recuperação de uma área onde na década de 70 tinha sido feito um investimento público sob a forma de concentração de terras, atualmente abandonado.

A recuperação de um recurso tão valioso como a terra com aptidão agrícola ontribui não só para melhorar a segurança alimentar, mas também permite a revitalização do sector primário na área.

Recursos necessários: São identificados três domínios fundamentais:

- Colaboração dos proprietários dos terrenos para a locação ou venda. A opção de poder comprar o terreno permite investimentos a mais longo prazo e a possibilidade de capitalizá-los (utilizando-os como garantia, por exemplo), mas tem a desvantagem de serem necessários mais recursos financeiros (além da implementação efetiva do terreno).
- Investimento público, com a clarificação e acreditação do imóvel, realização de desmatamentos, elaboração de projetos e execução de obras de condicionamento. Neste parque foi realizada uma reestruturação imobiliária para poder colocar os novos terrenos à venda ou arrendamento em lotes, o que os torna mais atrativos para potenciais interessados.
- Pessoas que pretendam desenvolver uma atividade agrícola e/ou pecuária.

Osmo

(Cenlle)



Imagem: AGADER

Caraterização

Na área de atuação da aldeia, orientada principalmente para sul e oeste, 85% da superfície apresenta declive inferior a 15% e 52% apresenta declive inferior a 5%. A altitude varia entre 300 a 380 metros. Segundo dados do INE (2021) residem atualmente na aldeia 14 pessoas (9 homens e 5 mulheres).

99% dos lotes têm um único proprietário com uma média de 3,18 lotes e uma superfície média por proprietário de 6.469 m². A superfície média dos 93 lotes anexos é de 1630 m².

A aldeia e a sua envolvente não fazem parte de nenhuma área natural protegida, mas partilham um problema comum na região: a invasão da mimosa (*Acacia dealbata*). Assim, durante a fase de limpeza, foram realizados trabalhos de remoção de cepos desta espécie para evitar ao máximo a sua regeneração.

De acordo com o Plano Básico Autónomo e o Plano Geral de Ordenamento Municipal de Cenlle, vários elementos patrimoniais estão incluídos na área de atuação: Igreja de São Miguel de Osmo, *Cruz de Osmo*, *Capela da Virxe do Socorro*, Casa de Souto, *cabaceiro entre vinhas*, *cabaceiro na rua Alta*, complexo etnográfico de Osmo e casarão de Osmo.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia foi declarada aldeia-modelo. Foram realizadas diversas ações: encerramento perimetral exterior e interior para facilitar o manejo dos animais, instalações de gestão do gado (comedouros e bebedouros), infraestruturas pecuárias (baías pré-fabricadas para machos, maternidades, outras instalações para dormir, maternidades e currais), melhoria de estradas de acesso, condicionamento e sinalização de diversos poços de irrigação, instalação de sistemas de bombeamento e tubulações para irrigação, recuperação de muros tradicionais, etc. O investimento ascendeu a 121.116,67 euros.

Outra ação foi o “acondicionamento das ruas das aldeias modelo” que tem como objetivo melhorar os acessos. O valor da ajuda foi de cerca de 15.000 euros.

Verificou-se também a aquisição de três casas em ruínas, com a intenção de desenvolver um plano piloto de turismo rural.

Segundo o guia de gestão produtiva, 38% da superfície estava ocupada por diversas espécies florestais, mais de 20% por prados e campos, 7% por matos e cerca de 5% por vinhas. A atividade que foi proposta como atividade principal foi a suinocultura extensiva acompanhada de culturas de corte e ciclo da vinha, e como plantação secundária árvores frutíferas.

Em concurso competitivo, a proposta vencedora definiu – e já foi concretizada – a exploração pecuária extensiva dedicada à criação de porcos celtas que posteriormente deu origem à transformação do produto sob a marca: CienPorCel. Na aldeia também se cultivam árvores de fruto, vinhas, cereais e pomares.

Antes do início do processo de declaração da aldeia, os licitantes vencedores, um jovem casal com um menor, já se tinham mudado para a aldeia para se instalarem por um período na casa da família onde passaram o verão. Portanto, pode-se entender que a declaração da aldeia foi vista por eles como uma oportunidade de emprego.

Potencial de transferabilidade

A aldeia modelo tinha pouca superfície adequada para a implantação de pastagens além daquela dedicada aos pomares, por isso optou-se por descartar o gado e trabalhar com porcos, que por outro lado pode ser um aliado no controle das plantas invasoras (em neste caso a acácia).

Os moradores (parte fundamental para o sucesso da iniciativa), a administração local e a administração regional estiveram envolvidos na iniciativa. A administração assumiu boa parte dos custos de início (fechamentos, cabines de gado, comedouros, etc.), os agricultores assumiram a parte de aquisição dos animais e consumíveis necessários ao início da atividade. A percentagem de parcelas envolvidas, eliminando as centrais, ronda os 60%.

Recursos necessários: São identificados três eixos fundamentais:

- Colaboração da população local, tanto para disponibilizar os seus terrenos como para realizar uma nova iniciativa.
- Colaboração dos proprietários de terras.
- Investimento público para a clarificação patrimonial, limpeza, elaboração de projetos e execução de obras.

Pedrosa

(Rios)



Caraterização

Pedrosa situa-se num espaço de transição entre a serra situada a leste e as que se destacam a sul nas alturas da Serra de Penas Libres (Virdevós) e as da Serra Seca (A Gudina), a norte O terreno deste concelho caracteriza-se por ser uma superfície ondulada onde se misturam e se combinam uma sucessão de vales fluviais (com destaque para o do Rio Tâmega) e serras com altitudes médias entre 600 e 800 m.

51% dos lotes têm um único proprietário, com uma média de 5,62% de lotes por proprietário e uma superfície média por proprietário de 3.062m², perante uma média dos lotes de 544 m².

Na área de atuação do projeto Aldeia Model situam-se uma capela, um moinho e um sítio arqueológico.

O desmatamento seletivo foi realizado quando a aldeia modelo foi declarada. Posteriormente foi realizado o fechamento do perímetro de 7km, colcado sistema de abastecimento de água e diversas instalações auxiliares: bebedouros, comedouros, pastores elétricos, uma manga de gestão, fechos móveis e ligações de irrigação.

Há também um plano de revitalização do núcleo, ainda em desenvolvimento, que visa coordenar ações públicas e privadas tendo por objetivo a revitalização e regeneração da aldeia. A primeira intervenção consistiu no condicionamento da praça pública, ponto de encontro de referência histórica dos moradores, a partir da qual se valoriza a identidade e o espaço de convivência.

A gestão foi premiada com a iniciativa que obteve a pontuação mais alta, neste caso uma gestão conjunta de uma extensa exploração de gado de corte e uma comunidade de moradores para produção de hortas, principalmente para autoconsumo.

O sucesso dos lotes aderentes é um sintoma de coesão entre os proprietários, com potencial de abertura a outras iniciativas conjuntas.

Potencial de transferibilidade

Atualmente as parcelas estão preparadas e em produção, com uma gestão assegurada como se fosse uma unidade única.

Além de gerir o ambiente da aldeia, o trabalho também está a ser feito no núcleo da aldeia com coordenação de ações públicas e privadas.

Aldeias exemplares

3.3. Kuartango e Ostana

Kuartango

(Kuartango)



Caraterização de potencial de transferibilidade

Kuartango é a sede do município com o mesmo nome e situa-se na província de Álava, na Comunidade Autónoma do País Basco, em Espanha.

A revitalização do centro do concelho de 402 habitantes gira em torno do projeto de recuperação das umas antigas termas, um edifício com cerca de 5.000 metros quadrados. Local onde se instalavam aquaristas vindos de Madrid, alguns a caminho de San Sebastian, deixou de ser usado. Foi reutilizado como escola que, depois de fechada, conduziu à sua decadência com sinais de ruínas. Depois da recuperação parcial, é atualmente ocupado por diversas empresas e dispõe ainda de uma sala de coworking, salas polivalentes, estando em curso no momento da visita um projeto de co-living, sob o telhado do edifício. Todo o esforço é dirigido pela Câmara Municipal de Kuartango, que assume as tarefas de gestão e apoio, contando com o apoio do Governo de Euskadi e do Conselho Provincial de Álava, que têm conseguido angariar fundos europeus através do projecto Rural Smart, com ajuda da consultora Bikonsulting.

Para revitalizar este vale, realizam diversas ações ao longo do ano:

- Comercialização de serviços de coworking.
- Dinamização do espaço das antigas termas, com geração de empresas.
- Apoio à integração e facilitação de relacionamento, promovendo atividades, palestras, projetos, etc.
- Planeamento, organização e facilitação das sessões pela *Bikonsulting*.
- Apresentação de projetos e serviços.
- Criação de espaços para troca de conhecimento.
- Gestão de cursos de formação.
- Realização de dois eventos anuais *de networking*.
- Sessões semestrais de cocriação de espaço.

- Criação de alianças entre associações e organizações e empresas envolvidas.
- Realização do festival anual La Gran Kedada Rural

Outra iniciativa interessante, na qual estão envolvidas a própria autarca e a gestora da ADR, é a associação AñadaFEMprende, um grupo criado por e para mulheres empreendedoras, que além de valorizarem o seu trabalho, participam na construção do novo tecido social e empresarial. Numa das salas do laboratório do Kuartango poderá encontrar uma exposição que lhes é dedicada



Espaço de coworking

Ostana

(Ostana)



Caraterização e potencial de transferibilidade

Ostana é uma pequena comuna localizada na região do Piemonte (noroeste da Itália), nos Alpes Ocidentais, a cerca de 1.300 metros de altitude, com uma vista privilegiada para o Monte Monviso (3.841 metros), com vários povoados distribuídos nas encostas, ligados por uma única estrada que ziguezagueia pela montanha.

A partir da década de 1920 ocorreu um forte processo de despovoamento; Com 1.200 habitantes em 1921, passou para cerca de 700 em 10 anos e o processo de diminuição continuou nos anos seguintes, até atingir a cifra de apenas 5 moradores em 1985.

Entre as principais causas do despovoamento está o êxodo para o distrito industrial de Turim – a 75km – na segunda metade do século XX, em busca de melhores condições de vida.

Na década de oitenta, um grupo de pessoas originárias de Ostana, liderado por Jacomo Lombardo (proprietário de uma importante empresa têxtil em Turim que assumiu a presidência do município,) iniciou um processo regenerador abrangente e visionária, numa cooperação público-privada que continua até hoje: o conceito era considerar a montanha não apenas como um local de lazer, mas como um lugar para viver. Convenceram o poder regional e aliaram-se à universidade e à escassa população local para conseguirem obter investimentos públicos, com projetos capazes de obter financiamento europeu. Desde então, a angariação de fundos ultrapassou os 10 milhões de euros.

Para tal, foram adotadas estratégias inovadoras baseadas em três fatores principais: o ambiente natural, a arquitetura alpina e o património cultural.

A opção foi centrada nas seguintes prioridades:

- Fornecer serviços básicos como água e saneamento.
- Recuperar as estradas. Quase todos os assentamentos e casas de uso sazonal localizados a grande altitude estão ligados por estradas construídas progressivamente desde a década de 1950. Com o desuso, estavam em grande parte invadidas por vegetação que as torna intransitáveis. Nos últimos anos, sobretudo as mais antigas beneficiaram de uma recuperação sistemática (realizada pelos cidadãos voluntários de Ostana com o apoio da Câmara Municipal).
- Reabilitar construções, com o objectivo de ganhar habitantes permanentes, proibindo nova construção, excepto para novos agricultores.
- Apostar na qualidade da paisagem e nas intervenções de reutilização do património arquitectónico histórico como alavanca para a revitalização e renascimento do município. Assim, foram desenvolvidas regras que exigem soluções tecnológicas da arquitetura histórica local e uso de materiais tradicionais. Um dos seus edifícios de referência é o Centro Cultural Lou Pourtoun, num antigo caminho coberto que liga dois volumes e que hoje alberga um centro cultural inaugurado em 2015.
- Apoiar a utilização de energias renováveis para aquecimento e eletricidade em espaços públicos.
- Criar oportunidades para instalação de atividades económicas, procurando evitar a pressão turística, os habitantes temporários, actividade apenas ligadas ao turismo e limitar os problemas de mobilidade (uma vez que possuem apenas uma via de acesso).
- Melhorar a acessibilidade, com instalação de elevadores em todos os espaços públicos (inclusive em ruas com muitos desníveis como se vê na imagem), rampas, etc.
- Abrir as aldeias a qualquer pessoa de outros locais e criar alianças com instituições, regiões, Europa... A Câmara Municipal adquiriu edifícios que depois reabilitou e alugou para exploração sob condições: um exemplo é o Abrigo Galaberna, cujo aluguer exige que estiveja aberto todo o ano para evitar a sazonalidade.
- Valorizar a cultura, designadamente a língua regional, o occitano, o que levou ao triunfo em prémio internacional do projeto “Ostana – Escritos na língua materna (Lenga Maire)”, ou a música, através da escola que lhe é dedicada e que utiliza a metodologia Suzuki.
- Cuidar da gestão ambiental, combatendo o abandono das pastagens, ou a sua utilização inadequada, por ocupação por vegetação exótica e uso inadequado de zonas húmidas. Por isso, entre 2014 e 2015, foi realizado um mapeamento para estabelecer um novo modelo de gestão pastoril. Através de uma experiência piloto, foi promovido o pastoreio de ovelhas tradicionais, com o objetivo de conter a floresta invasora. Nos casos mais graves foram realizadas ações de roçada e desmatamento. O ponto de partida é uma propriedade fragmentada e de pequena dimensão, razão pela qual surgiram as associações fundiárias (entidades privadas de interesse público), que gerem as terras e as cedem aos reclamantes, sendo a transferência do uso voluntária. A Câmara Municipal funciona como intermediária entre os proprietários e os interessados na gestão.

Desde a década de 2000 a iniciativa tornou-se mais complexa e holística e abriu-se ao exterior, criando novas redes, atraindo pessoas e novas atividades económicas, culturais e educativas.

Entre as várias iniciativas mais recentes, destaca-se:

- Construção de Centro de Bem-Estar, com spa, para utilização por toda a população de todas as faixas etárias (sem excluir as crianças como é habitual neste tipo de centros).
- Escola em madeira bem integrada na paisagem, com jardim. Tem crianças durante todo o ano letivo (1-11 anos) e no verão também funciona como acampamento.
- Reabilitação do Armazem da Castanha, uma sala de secagem da castanha com painéis solares e tanque de água.
- Instituto MonViso, um laboratório de sistemas vivos para pesquisa, educação e apoio ao empreendedorismo.

Do ponto de vista da governança, é muito importa salientar a existência da cooperativa comunitária Viso a Viso, nascida em 2020 durante a pandemia de Covid-19. É um projeto coletivo que baseia o seu modelo de regeneração na cultura, com especial atenção aos jovens e à valorização da biodiversidade.

Funciona como um ator ecológico e trabalha para ampliar o leque de atividades, tornando-as acessíveis a todos, colaborando cada vez mais com os produtores locais e promovendo a cooperação mesmo a nível transfronteiriço.

Tem como missão oferecer uma série de serviços e atividades baseadas na diversificação de negócios. Os serviços da Cooperativa incluem saúde e bem-estar comunitário, turismo sustentável e cultura, hotelaria e valorização dos produtos locais e do território. Composta por onze membros, a cooperativa é responsável, entre outras coisas, pela gestão da Merendería Alpina, Lou Pourtou, Foresteria, Mizoun della Villo, Museu Etnográfico, Museu Diffuso e escolas, organizando diversas experiências: com burros e teatrais, que ajudam a descobrir a biodiversidade.

A gestão da cooperativa conta com um presidente, um vice-presidente e 7 associados. As decisões são tomadas coletivamente. Novos membros são admitidos, mas é uma decisão que deve ser tomada por unanimidade, sendo necessário ter um projeto que funcione por trás dessa admissão (um exemplo é o professor da escola) e que ajude a preservar e melhorar Ostanta ao longo do tempo.

